

**O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA COOPERAÇÃO ENTRE AS
CIDADES NO ESPAÇO LUSÓFONO: O CASO DE BORBA**

ÂNGELO JOÃO GUARDA VERDADES DE SÁ

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS – Área de Especialização em
Globalização e Ambiente**

JUNHO, 2014

**O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA COOPERAÇÃO ENTRE AS
CIDADES NO ESPAÇO LUSÓFONO: O CASO DE BORBA**

ÂNGELO JOÃO GUARDA VERDADES DE SÁ

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS – Área de Especialização em
Globalização e Ambiente**

JUNHO, 2014

GRITOS

Eu quero um mar	Quero
Para navegar	Mas não consigo sossegar
Com o navio	Porque oiço gritar
Que foi meu	Lá longe
	Gritos de aflição
	Gritos de fome de pão
Eu quero o céu	Gritos pela autodeterminação
Com as estrelas	Gritos de fome de liberdade
Que me guiaram	Gritos
Nas minhas descobertas	Que só pecam
	Por ser verdade
Eu quero ajudar	Apesar de tudo isto
A erguer as terras	Tal como fez Jesus Cristo
Que descobri	Não desisto
Com os meus navios	Não posso parar
Através dos meus mares	Continuo a navegar
Com a ajuda das minhas estrelas	Qualquer que seja o preço
	Neste meu universo

In D'Aquém e D'Além Mar

Conde Falcão

José Geraldo

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na área de especialidade de Globalização e Ambiente, realizado sob orientação científica de:

Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues

Dr. José Bastos

Este documento serve como registo descritivo da prossecução da componente não letiva do Mestrado, por via de Estágio Curricular realizado na UCCLA (União das cidades Luso-Afro-Américo-Asiáticas), cujo relatório aqui se apresenta.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO “ O PAPEL DOS MUNICIPIOS NA COOPERAÇÃO ENTRE AS
CIDADES NO ESPAÇO LUSÓFONO”

ÂNGELO JOÃO GUARDA VERDADES DE SÁ

PALAVRAS- CHAVE: UCCLA, geminação, espaço lusófono, projetos, CPLP, cooperação descentralizada.

KEYWORDS: UCCLA, gemination, lusophone space, projects, CPLP, decentralized cooperation.

RESUMO

O relatório de estágio elaborado inclui três partes distintas interligadas entre si. A primeira refere-se ao enquadramento histórico, objetivos e ação da UCCLA ao longo dos anos. A segunda corresponde a uma reflexão sobre a política externa portuguesa e a sua interligação com a UCCLA e o relacionamento desta com a CPLP. A terceira parte procura inicialmente demonstrar a importância dos municípios na cooperação e a experiência vivida pelo município de Borba em termos de cooperação, bem como o trabalho realizado, pela sua participação em projetos com várias cidades no Mundo e os acordos de colaboração estabelecidos.

ABSTRACT

The internship report includes three different parts connected in between themselves. The first refers to the UCCLA's historical framework, objectives and action along the years. The second corresponds to a reflection about Portugal's external politics and its interconnection with UCCLA and its relationship with CPLP. The third part searches to demonstrate the importance of municipalities in cooperation and the experience of Borba municipality in terms of cooperation, as well as the work associated with Borba's participation in projects with various cities in the world and the collaboration agreements that were established.

INDICE

INTRODUÇÃO	10
PRIMEIRA PARTE	12
A UCCLA. ORIGENS E PROPÓSITOS.....	12
FUNDAÇÃO E OBJETIVOS DA CONSTITUIÇÃO	13
AÇÃO AO LONGO DOS ANOS	17
ESTÁGIO CURRICULAR E SEUS OBJETIVOS	18
ATIVIDADES DE ESTÁGIO.....	19
SEGUNDA PARTE	25
POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA E A COOPERAÇÃO.....	25
TRABALHO DIPLOMÁTICO E SUA ARTICULAÇÃO COM A UCCLA	30
IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE CPLP E UCCLA.....	31
OS MUNICIPIOS E A COOPERAÇÃO	36
COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E O MUNICIPIO DE BORBA	37
AS GEMINAÇÕES E AS RELAÇÕES COMERCIAIS	39
MUNICIPIO DE BORBA-EXPERIÊNCIA VIVIDA	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	53
ANEXOS	54
Anexo 1- Atividade 1-Conferência Internacional: “O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões da CPLP	
Anexo 2- Atividade 2-“UCCLA e AICEP Assinam Acordo para Promover a Cooperação Empresarial.	
Anexo 3- Atividade 3- Conferência Internacional “Europa-África de Futuro Comum”.	
Anexo 4- Atividade 4- “III Encontro “Triângulo Estratégico América Latina-Europa-África.”	
Anexo 5- Atividade 5- XXX Assembleia Geral da UCCLA.	
Anexo 6- Atividade 6- Conferência “O Jogo Global Mudou- Qual o papel das relações Europa-África?”.	
Anexo 7- Atividade 7- Conferência “Internacionalização das Economias”.	

Anexo 8- Atividade 8- Apresentação da Edição Portuguesa: “Perspetivas económicas em África: As Cadeias de Valor Globais e a Industrialização de África”.

Anexo 9- Atividade 9- Novos Investimentos Transatlânticos- Oportunidades de Negócios entre Paraguai e Portugal.

Anexo 10- XIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos países de Língua Portuguesa.

Anexo 11- Protocolo de cooperação entre ATE (Perú) e Câmara Municipal de Borba

Anexo 12-Protocolo de cooperação entre RIOJA (Perú) e Câmara Municipal de Borba

Anexo 13-Protocolo de cooperação entre Consejo Peruano para a Autogestión (COPPA) (Perú) e Câmara Municipal de Borba

Anexo 14-Protocolo de intenções entre Município de PIRACICABA, Estado de São Paulo – Brasil e os Municípios de Borba e Arraiolos – Portugal

Anexo 15- Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Alegrete , Estado de Rio Grande do Sul (Brasil) e o Município de Borba

Anexo 16-Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Rosário do Sul, Estado Rio Grande do Sul (Brasil) e o Município de Borba

Anexo 17-Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Santana do Livramento, Estado Rio Grande do Sul (Brasil) e o Município de Borba

Anexo 18-Protocolo de Intenções entre a Intendência Departamental de Rivéira, Uruguay e o Município de Borba

Anexo 19--Declaração de intenção de geminação para o desenvolvimento entre o Município de Mé-Chochi (República de São Tomé e Príncipe) e o Município de Borba

Anexo 20-Protocolo de Intenções entre Kalininet do distrito Municipal de Naro-Fominsk da Província de Moscovo da Federação da Rússia e o Município de Borba

Anexo 21-Acordo entre a cidade de Borba de Portugal e Taizou cidade da República Popular da China no estabelecimento da relação de cidades irmãs

Acrónimos

UCCLA	União das cidades luso-afro-américo-asiáticas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
IPAD	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Económico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ECOSOC	Conselho Social e Económico
ONG	Organização Não-Governamental
ANMP	Associação Nacional dos Municípios Portugueses
SP	Cidade de São Paulo – Brasil
SAN	Segurança Alimentar Nutricional
URB-AL	Programação da Comissão Europeia para a cooperação com a América Latina
API	Área de Proteção Internacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ACE	Agrupamento Complementar de Empresas
LEADER	Ligação entre ações de desenvolvimento rural
APD	Ajuda pública ao desenvolvimento
OCDE	Organização para a cooperação e desenvolvimento Económico
PNUD	Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto

IPDAL	Instituto para a promoção e desenvolvimento da América Latina
UCCI	União das cidades capitais Ibero-Americanas
RPJ	Rede de Judiarias de Portugal
AIP	Associação Industrial Portuguesa

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a elaboração do relatório de estágio, procurámos encontrar um tema, aliando a experiência pessoal, ao trabalho característico do Mestrado em Relações Internacionais e à importância da grande atividade desenvolvida pela UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

Há que referir todo o historial da UCCLA, constituída como associação intermunicipal sem fins lucrativos e que ao longo dos anos tem sido uma verdadeira impulsionadora da cooperação entre as cidades associadas e conseqüentemente com os diversos países no espaço lusófono onde as cidades se encontram inseridas. Refira-se que a cooperação desenvolvida se estende aos vários domínios, mas sempre com o objetivo comum da troca de experiências, de tecnologia e o apoio principalmente aos mais desfavorecidos.

Não há dúvida que a nossa ligação através do melhor meio de comunicação (língua portuguesa) permite-nos ocupar uma posição privilegiada ao nível do relacionamento político, económico, cultural e social, entre outros, que facilitam a aproximação e a cooperação da comunidade lusófona.

Assim, após a introdução estruturámos o relatório em três capítulos:

O Primeiro capítulo inicia-se com uma apresentação sumária da UCCLA, a importância do seu papel, bem como da sua ação ao longo dos anos de acordo com os objetivos que estiveram presentes na sua constituição.

Procuraremos analisar os objetivos e verificaremos até que ponto têm sido cumpridos. Tal verificação implicará constatar-se, se em sentido lato, existiram intercâmbios entre todo o tipo de cidades dos países membros e outras autarquias dos PALOPs e comunidades lusófonas. Deveremos ainda analisar a forma como a UCCLA poderá ter servido de entidade promocional e facilitadora de acordos de colaboração entre empresas dos mais variados ramos com empresas das cidades associadas. Deverão ainda ser analisadas as questões que afetam a vida das populações, desenvolvimento das cidades de forma equilibrada resultante dos acordos de geminação, bem como cooperação/colaboração em termos de projetos conjuntos no âmbito da formação profissional e agentes da administração pública.

No segundo capítulo, pretendemos fazer o enquadramento da política externa portuguesa ao nível da cooperação, procurando analisar alguma bibliografia e legislação. Procuraremos compreender o trabalho diplomático que tem sido realizado nos países lusófonos e até que ponto tem havido articulação com a UCCLA. Procuraremos ainda, no âmbito da CPLP (comunidade dos países de língua portuguesa), analisar em que medida tem havido cooperação e/ou colaboração em termos de atividades conjuntas e articuladas entre os vários países.

No terceiro capítulo pretendemos refletir sobre o papel dos municípios, bem como da importância do seu envolvimento ao nível da cooperação, particularmente dentro do espaço lusófono, independentemente da sua dimensão, bem como os reflexos dessas cooperações, com particular atenção para os laços estabelecidos, fruto das geminações efetuadas.

O relatório de estágio visa fundamentalmente compreender o papel da UCCLA em termos de cooperação entre as respetivas cidades associadas em particular, e com as dos PALOPs em termos gerais, de acordo com os objetivos que estiveram subjacentes à sua constituição.

Pretendemos também refletir sobre as atividades desenvolvidas no tempo e no espaço e verificar o impacto provocado nas populações locais.

E por último, constatar situações concretas de cooperação entre municípios dentro do espaço lusófono, fruto das geminações existentes e propor formas inovadoras de cooperação com vantagens mútuas para as cidades envolvidas, quer com acordos bilaterais ou multilateral

PRIMEIRA PARTE

A UCCLA. ORIGENS E PROPÓSITOS

O nosso país foi um país colonizador. Como tal, e sem querer discutir este facto, não há dúvidas que, por isso, há muitos milhões de pessoas espalhados pelos mais variados cantos do Mundo que falam português.

O nosso passado, deixou marcas profundas nos locais por onde passámos o que constitui uma mais-valia importante, que justifica as nossas relações políticas, as relações culturais e comerciais.

Como não podia deixar de ser, o aparecimento da UCCLA, foi um passo extremamente importante para manter os laços que nos ligam entre as mais variadas cidades do mundo. Além disso proporcionou uma maior aproximação entre as regiões, ao mesmo tempo que facilitou a entreaajuda entre povos, que apesar de culturalmente diferentes falam a mesma língua, o que facilita a cooperação verdadeira. Assim, tornaram-se possíveis as permutas e aproximações culturais, ao mesmo tempo que se puderam facilitar as trocas comerciais, com vantagens substanciais para as diferentes regiões e países.

A UCCLA foi constituída em 1985 e foi idealizada tendo em vista unir cidades capitais de vários países que eram unidos pela mesma língua e com características comuns provenientes dum passado histórico resultante da política expansionista de Portugal no mundo, que lançou os nossos marinheiros ao mar a partir do séc. XV. É esta política que contribuiu para a grande expansão da língua portuguesa, pois:

“A expansão da língua portuguesa a todos os continentes e oceanos veiculada pelos navegantes, nas suas frágeis caravelas, a partir do séc. XV, lançou a semente e fez desabrochar a lusofonia, em novos e promissores espaços da Terra”¹

Pretendia-se que esta organização favorecesse as relações recíprocas entre as cidades fundadoras, mantendo as suas respetivas autonomias, mas era esta aproximação institucional que favoreceria a concretização de projetos de cooperação visando melhorar a qualidade de vida das populações através da cooperação intermunicipal.

FUNDAÇÃO E OBJETIVOS DA CONSTITUIÇÃO

Existe um momento importante, que terá lançado a semente que posteriormente viria a originar a constituição da UCCLA:

O acordo de gemação assinado entre as cidades de Lisboa e Rio de Janeiro. Assinado em 10 de Junho de 1980, em que Kruz Abecassis lança a intenção de criação da União das Cidades Capitais Lusófonas

A constituição formal da UCCLA terá acontecido nos anos 80, mais propriamente em 1985 (28 de junho), cuja declaração de gemação foi assinada pelas cidades de Bissau, Lisboa, Maputo, Praia, Rio de Janeiro, São Tomé e Macau. O processo de adesão que é feita de forma livre e voluntária não tem parado.

A intenção do Presidente da Câmara de Lisboa de então, Eng. Nuno Kruz Abecassis, ao assinar o acordo de gemação, foi:

“recuperar todos os valores culturais, históricos de convívio e de respeito mútuo, que se haviam forjado no passado comum, e pressagiava a vontade de construir uma

¹ UCCLA(2010), O Futuro, as Cidades e a Lusofonia. Lisboa

comunidade de povos livres e independentes, unidos pelo uso da mesma língua e marcados por idênticos valores”².

A UCCLA é desde a sua fundação uma associação intermunicipal, sem fins lucrativos, de âmbito internacional e multilateral, com quadro de valores idênticos às ONGs desenvolvimento, com carácter mais geo-estratégico e global, indo assim, muito além do âmbito das organizações de ajuda ao desenvolvimento.

A UCCLA era, no entendimento de Kruz Abecassis, muito pertinente, “por ser homogénea na língua e nos sentimentos, pelas centenas de milhões de homens que já hoje envolvia” e premente, porque “os povos de Língua Portuguesa, por causa do seu eminente humanismo, estavam particularmente vocacionados para influenciarem as decisões das instâncias internacionais em que se decide o destino do Mundo, no sentido da solidariedade e da Paz”³.

Neste momento constituem este organismo 42 cidades espalhadas pelos 5 continentes:

Portugal- Almada, Angra do Heroísmo, Cascais, Coimbra, Covilhã, Guimarães, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras e Sintra.

Angola- Belas, Benguela, Cazenga, Huambo e Luanda.

Cabo Verde- Assomada, Praia, Ribeira Grande de Santiago, São Filipe e São Vicente/Mindelo.

Guiné Bissau- Bafatá, Bissau, Bolama, Cacheu e Gabu.

Moçambique- Beira, Ilha de Moçambique, Maputo e Nampula.

São Tomé e Príncipe- Santo António do Príncipe e São Tomé/Água Grande.

Timor Leste- Díli e Oecussi-Ambeno.

² UCCLA(2010), O Futuro, as Cidades e a Lusofonia. Lisboa

³ UCCLA(2010), O Futuro, as Cidades e a Lusofonia. Lisboa

Brasil: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador.

China: Macau.

A UCCLA de acordo com os estatutos, alterados e aprovados na XXIX Assembleia Geral, realizada na cidade da Praia em 17 de Maio de 2013, tem como objetivos o seguinte:

Artº 3º:

1. “A União tem por objetivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membro, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes.
2. A União, por proposta do Secretário-Geral e deliberação da Assembleia Geral pode participar em associações ou outras instituições que potenciem a sua atividade e a prossecução dos seus fins.”⁴

Para atingir os objetivos propostos, a União, de acordo com os respetivos estatutos, no seu Artº 4º, tem como principais fins:

- a. “Fomentar os vínculos, relações e intercâmbios de todo o tipo entre as Cidades membro, outras autarquias dos países de língua oficial portuguesa e Comunidades Lusófonas;
- b. Promover o desenvolvimento de iniciativas económicas, comerciais e industriais pelas empresas com as Cidades membro;
- c. Estudar todas as questões que afetam a vida, atividade e problemas das cidades que façam parte da União;

⁴ www.uccla.pt/estatutos

- d. Promover os direitos de vizinhança e, especialmente, o direito ao progresso na Paz e o da participação dos cidadãos nos assuntos públicos e no cada vez mais amplo campo das relações municipais, nacionais e internacionais”;
- e. Promover o desenvolvimento harmónico equilibrado das cidades, procurando a solidariedade e cooperação entre as mesmas, especialmente através de geminações e acordos;
- f. Organizar encontros e atividades que sirvam para o intercâmbio efetivo de conhecimento e experiências em todos os sectores, designadamente, o económico, o cultural, o técnico-profissional e o turístico;
- g. Promover a execução de projetos de formação e aperfeiçoamento profissional de funcionários e agentes das administrações das cidades e empresas membro;
- h. Incrementar as relações entre a União, os seus membros e as cidades com relevante componente histórico-cultural de raiz lusófona.”⁵

Analisando os objetivos, bem como os fins da união, é claro que se pretende aproximar as cidades membro com outras autarquias dos países de língua oficial portuguesa e comunidades lusófonas colaborando e/ou cooperando nos seus mais variados domínios. Tais domínios são extremamente vastos e desde que haja receptividade por parte dos responsáveis políticos, agentes económicos, organismos sociais, certamente que haverá benefícios para todos os envolvidos e conseqüentemente para as respetivas populações.

Esta colaboração/cooperação é bem visível através dos projetos que a união tem apresentado nos mais variados domínios e em todas as cidades membro da união. Têm também bem publicitados nomeadamente através das redes sociais, revelando que está a cumprir integralmente todos os objetivos que estiveram subjacentes à sua constituição.

⁵ www.uccla.pt/estatutos

Diga-se que não é tarefa fácil desenvolver as atividades de cooperação de forma exemplar como a União está fazendo, bem patente na dinâmica que a sua direção tem imprimido e na receptividade que tem existido por parte das autarquias e mesmo organismos oficiais dos países de língua oficial portuguesa e comunidades lusófonas.

É de louvar também o excelente trabalho que a União tem realizado ao envolver organismos estatais dos diferentes países que, aliados a empresas têm em muitas situações ajudado a resolver e a dar importantes contributos para a resolução de muitas carências das populações, particularmente nos países menos desenvolvidos.

AÇÃO AO LONGO DOS ANOS

A UCCLA desenvolveu uma importante ação em meados dos anos 80, promovendo um verdadeiro espírito de cooperação livre entre as cidades que se associaram espontaneamente, com iguais direitos e deveres, o que veio a condicionar o perfil de constituição posterior da CPLP.

Nesta época, a UCCLA desenvolveu uma atividade extremamente intensa, ao nível de intercâmbio e cooperação em diferentes áreas. O seu contributo assentou não só na formação de quadros, pilar básico dos sistemas organizacionais, mas também na prestação de serviços e criação e instalação de equipamentos sociais.

Refira-se ainda o importante papel ao nível da transferência de tecnologias, equipamentos para uso urbano, representação internacional, assim como no intercâmbio empresarial com vantagens para as cidades e empresas envolvidas.

Também foi muito importante o apoio ao desenvolvimento económico, social e cultural das respetivas cidades.

Poderemos considerar dois períodos de desenvolvimento da UCCLA, através dos quais a sua atividade se tornou cada vez mais importante nas mais variadas áreas e setores.

Assim, poderemos considerar o primeiro período dividido em duas fases.

A primeira fase, pode ser considerada uma fase que assenta mais na parte diplomática e institucional, que se prende com o alargamento e a parte organizacional da instituição. Nesta fase é a câmara de Lisboa que assume quase exclusivamente o seu financiamento, não só ao nível da organização, mas também no apoio a projetos de infraestruturas urbanas.

Na segunda fase, podemos considerar dois períodos, o primeiro associado à crise económica, em que a UCCLA a partir de 2005, apesar de assegurar os principais custos de financiamento, acentua o recurso a financiamentos externos, quer da União Europeia, quer ao IPAD (Instituto de apoio ao desenvolvimento económico) para financiamento de projetos.

O segundo período inicia-se com as XXV e XXVI Assembleias-Gerais(2009), onde ocorrem alterações estatutárias que vêm aprofundar a democraticidade interna, através do sistema eleitoral das Presidências da Comissão Executiva e também de uma maior corresponsabilização das cidades membro.

A prova de que a União tem desenvolvido uma excelente ação ao longo da sua existência é o facto de ter sido reconhecida pela UNESCO devido ao excelente trabalho realizado nas áreas da educação, ciência e cultura, através do estatuto consultivo que lhe foi atribuído por aquele organismo das Nações Unidas, e ter-lhe sido também atribuído o mesmo estatuto pela ECOSOC (Economic and social Council).

ESTÁGIO CURRICULAR E SEUS OBJETIVOS

O estágio realizado decorreu entre Outubro de 2013 e Junho de 2014, sob a orientação da Professora Doutora Teresa Rodrigues e com a orientação Institucional na UCCLA do Senhor Dr. José Bastos. Este estágio é de natureza curricular e tem em vista a conclusão do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais.

O estágio realizado, permitiu conhecer a UCCLA, ao mesmo tempo que verificámos e refletimos sobre as razões da sua criação e o papel que esta tem desempenhado no mundo lusófono, nomeadamente no que se refere ao seu contributo para o desenvolvimento dos países lusófonos.

Pudemos ainda verificar o importante papel desta União no desenvolvimento das cidades dos países lusófonos e da cooperação existente com as cidades portuguesas, quer ao nível bilateral, quer ao nível multilateral, indo de encontro ao esforço que o Município de Borba fez nesse sentido.

O estágio realizado tem como objetivo principal o desenvolvimento de atividades integradas na vida normal da UCCLA.

Procurámos desenvolver as nossas atividades através da aplicação de conhecimentos adquiridos, tendo em vista a sua consolidação e ao mesmo tempo o seu aprofundamento.

As atividades foram desenvolvidas de forma a perceber a importância dos municípios e o papel que estes desempenham nas cidades do espaço lusófono.

ATIVIDADES DE ESTÁGIO

As atividades desenvolvidas durante o estágio desenrolaram-se basicamente de acordo com o Plano de Atividades da UCCLA. Apesar do Plano de atividades ser muito extenso, a minha participação resume-se a nove que consideramos serem mais direcionadas para o trabalho de estágio. Além destas e extra plano da União, participámos ainda em mais duas atividades com bastante interesse (atividades 8 e 9), que apesar de não constarem do Plano de Atividades, considero com interesse para o tema do relatório.

ATIVIDADE 1 (ANEXO 1)

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL: “O FUTURO DA AGENDA GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO: VISÕES PARA A CPLP”

Esta conferência realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa no dia 17 de Outubro de 2013.

Nesta conferência foram abordados vários temas centrados em três eixos de reflexão: O desenvolvimento económico inclusivo, paz segurança e fragilidade e financiamento do desenvolvimento. Pretendeu-se contribuir para a discussão de temas globais, mas particularmente direcionados para a comunidade de países de língua portuguesa.

ATIVIDADE 2 (ANEXO 2)

“UCCLA E AICEP ASSINAM ACORDO PARA PROMOVER A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL”

No dia 9 de Janeiro a UCCLA e o AICEP assinaram um protocolo com o objetivo de aumentar as sinergias das duas entidades, na área da cooperação empresarial, avaliação de mercados-alvo e oportunidades de negócio, assim como o apoio à estruturação de projetos que poderão vir a ser beneficiados por entidades bilaterais, multilaterais ou outras.

ATIVIDADE 3 (ANEXO 3)

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL “EUROPA-ÁFRICA DE FUTURO COMUM”

Esta conferência realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa no dia 12 de Março. A conferência teve como objetivo informar e influenciar a opinião pública e os decisores políticos, assim como contribuir para aprofundar a relação de colaboração entre organizações da sociedade civil no contexto da relação Europa/África.

Esta iniciativa envolveu várias entidades da sociedade civil, nomeadamente a UCCLA e Centrais Sindicais e contou com um conjunto de convidados africanos e europeus que nos deram a sua análise da evolução da parceria estratégica África/Europa e as perspetivas futuras.

ATIVIDADE 4 (ANEXO 4)

“III ENCONTRO TRIÂNGULO ESTRATÉGICO AMÉRICA LATINA – EUROPA – ÁFRICA”

Este encontro realizou-se no Hotel Double Tree by Hilton em Lisboa, nos dias 7 e 8 de Abril de 2014, promovido pelo Instituto para a promoção e desenvolvimento da América Latina (IPDAL), Caixa Geral de Depósitos e pela Accenture.

Interveio o Senhor Secretário Geral da UCCLA no painel “Triangulo Estratégico: Ambiente, Energia, Cidades e Infraestruturas”, tendo realçado a importância da economia e cultura nesta relação triangular.

ATIVIDADE 5 (ANEXO 5)

XXX ASSEMBLEIA GERAL DA UCCLA

Decorreu em Coimbra na Câmara Municipal, no dia 9 de Maio de 2014.

Esta Assembleia foi presidida por David Simango (Presidente do Conselho Municipal de Maputo). Teve como objetivo a discussão de problemas e assuntos relacionados com a União e nela participaram a maioria dos municípios e empresas que constituem a organização.

Nesta Assembleia participaram pela primeira vez representantes convidados da Confederação Empresarial da CPLP, UCCI e da RPJ, entre outros.

ATIVIDADE 6 (ANEXO 6)

CONFERÊNCIA “O JOGO GLOBAL MUDOU – QUAL O PAPEL DAS RELAÇÕES EUROPA – ÁFRICA?”

Esta conferência realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, no dia 29 de Abril.

Analisou-se a parceria UE – África, incluindo os resultados da IV cimeira realizada e debateram-se as oportunidades e desafios das relações entre estes continentes num contexto de dinâmicas continentais e globais em constante mudança.

ATIVIDADE 7 (ANEXO 7)

CONFERÊNCIA “INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS”

Esta conferência decorreu nos dias 3 e 4 de Junho de 2014 no Centro de Congressos de Lisboa e foi organizada pela AICEP.

O objetivo fundamental desta conferência foi criar um espaço de debate e encontro entre empresas e organizações no Espaço Lusófono, tendo em vista reforçar as relações entre os estados membros da CPLP.

ATIVIDADE 8 (ANEXO 8)

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO PORTUGUESA: “PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA 2014: AS CADEIAS DE VALOR GLOBAIS E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE ÁFRICA”

Esta apresentação decorreu no dia 26 de Junho no Auditório da CPLP. O relatório foi apresentado por Federico Bonágli, Diretor adjunto, Centro de Desenvolvimento da

OCDE, José Paulo Esperança, Professor Catedrático do ISCTE-IUL e foi moderador Manuel Lapão, Diretor da cooperação, CPLP.

Este relatório anual “Perspetivas económicas em África” é uma ferramenta essencial para acompanhar a evolução económica e política do continente.

Esta edição de 2014 contém:

- uma análise e previsões macroeconómicas originais,
- Um capítulo especial sobre as implicações das cadeias de valor globais para a industrialização de África,
- Notas de conjuntura para cada um dos 54 países do continente,
- Uma análise rigorosa e independente,
- Um anexo estatístico detalhado.

As Perspetivas económicas em África são o resultado de uma parceria única entre três organizações internacionais:

O Banco Africano de Desenvolvimento, Centro de desenvolvimento da OCDE e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

ATIVIDADE 9 (ANEXO 9)

NOVOS INVESTIMENTOS TRANSATLÂNTICOS- OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS ENTRE PARAGUAI E PORTUGAL

Esta atividade realizou-se no auditório da Fundação AIP no dia 27 de junho de 2014.

Por iniciativa do Senhor Embaixador do Paraguai em Portugal e em articulação com a AIP, por ocasião da visita a Portugal do Senhor Ministro da Indústria e Comércio da República do Paraguai, houve um encontro com empresários e vários organismos Ibero-Americanos.

O Senhor Ministro apresentou indicadores estatísticos sobre o que se passa no Paraguai em termos de desenvolvimento e crescimento económico daquele país. Além disto sensibilizou os empresários portugueses para investirem naquele país, referindo vários tipos de vantagens, quer ao nível de instalação, quer a nível tributário, incentivando-os a deslocarem-se àquele país, para contactarem com a realidade local.

ATIVIDADES DIVERSAS

Apesar de não ter participado diretamente nestas atividades, porque são importantes, não podia deixar de as referir:

GABINETE DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA ENTRE EMPRESAS E CIDADES LUSÓFONAS

A UCCLA vai criar em 2014 o gabinete de cooperação económica entre empresas e cidades lusófonas que facilitará a cooperação em vários domínios, nomeadamente a formação autárquica.

PROTOCOLO COM UNIÃO DAS CAPITAIS IBERO-AMERICANAS

A UCCLA cria protocolo com união das cidades capitais ibero americanas tendo em vista o reforço das relações entre as cidades, procurando a participação em atividades ou iniciativas promovidas por ambas as partes.

SEGUNDA PARTE

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA E A COOPERAÇÃO

Não podemos deixar de assumir que Portugal, tendo sido um país colonizador, contribuiu para a aculturação dos povos que colonizou.

Não é por acaso que se fala português nos mais variados cantos do mundo. Não querendo discutir o tema descolonização, nem a forma como foi feita, não restam dúvidas que o nosso passado nos trás responsabilidades acrescidas em termos de cooperação principalmente com as ex-colónias e naturalmente com todos os países e cantos do mundo onde existe a nossa marca e onde obviamente se fala português.

Em 1999 o XIII Governo Português aprovou um documento de orientação estratégica com o título:

“A cooperação portuguesa no limiar do séc. XIX”

A preocupação à época deste documento era a seguinte:

“O importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade, estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo, e de reaproximação a outros povos e regiões.

É neste quadro que a política de cooperação para o desenvolvimento, vetor essencial da política externa, adquire um particular sentido estratégico, constituindo um elemento de diferenciação e de afirmação de uma identidade própria na diversidade europeia, capaz de valorizar o património histórico e cultural do País.

Torna-se assim necessário dotar a política de cooperação de mais rigor e coerência estratégica, de um comando político mais eficaz, de uma organização mais racional e de um sistema de financiamento adequado.”⁶

Em 2005 a Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005 de 22/12, pretende de certa forma dar continuidade à estratégia de 1999, embora apresente alguns aspetos inovadores.

Em termos de plano de continuidade da estratégia de 1999, é de referir a preocupação de estabelecer uma grande ligação consequente e eficaz entre princípios, prioridades, programas e projetos de cooperação.

Em termos de inovação relativamente à estratégia de 1999, verifica-se uma tendência para a coordenação internacional da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), para a qual a cooperação portuguesa não está preparada para lidar com a situação, o que reduz a sua margem de atuação e influência nos centros de decisão e discussão sobre as relações Norte-Sul.

Esta inércia existente, obriga a que a resolução do Conselho de Ministros referida, tenha que responder ao aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos da cooperação portuguesa.

No entanto, refira-se que, quer a estratégia de 1999, quer a resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005 de 22/12, apontam que a importância fundamental da cooperação deve ser comandada e responsabilizada politicamente. Em Portugal verifica-se uma certa dispersão dos centros de decisão por diversas instituições, o que se traduz numa perda de eficiência e sentido estratégico relativamente à cooperação portuguesa.

A política externa portuguesa condiciona a política de cooperação. Claro que as mudanças ocorridas como resultado do processo de globalização, principalmente no pós guerra fria, trouxeram modificações substanciais e uma nova forma de encarar as relações Norte-Sul.

⁶ Resolução de Conselho de Ministros nº 196 / 2005

Se noutros tempos a cooperação tinha subjacente razões de natureza política, económica, interesses geoestratégicos ou razões linguísticas ou culturais, verificamos hoje, que apesar de haver razões que condicionam a cooperação e a política externa dos diferentes países, aos quais Portugal não escapa, a existência de problemas graves de exclusão no Hemisfério Sul, que só uma “globalização envergonhada” não resolve.

A diferença que existe entre países ricos e países pobres, e à qual a globalização não dá resposta, antes pelo contrário, agudiza as diferenças entre os países, pode ser geradora de instabilidade no campo geopolítico.

Foi principalmente a partir da Cimeira do Milénio de 2000, que os países da OCDE, principalmente os da União Europeia, passaram a entender as suas políticas de cooperação como elementos integrantes das suas estratégias para a globalização.

O nosso país não foge à regra e é também a cooperação que constitui um dos principais pilares da sua política externa e um elemento fundamental na sua relação com o Mundo.

A cooperação portuguesa, reflete a sua política externa de três maneiras:

A primeira diz respeito aos países de língua portuguesa, particularmente os PALOPs e Timor-Leste. É nestes países juntamente com a aliança atlântica e com integração europeia que assenta basicamente a nossa política externa.

As nossas relações principalmente com os PALOPs e Timor-Leste, são benéficas para ambos, por um lado porque Portugal pode e deve contribuir para o seu desenvolvimento, podendo e devendo encaminhar fundos europeus e mundiais que contribuam para esse desenvolvimento e que se traduzirão na qualidade de vida das populações. Por outro lado, essa relação cria intercâmbios culturais e económicos que beneficiam a sociedade portuguesa.

A segunda refere-se à importância da língua portuguesa que é fundamental para a nossa política externa.

A “promoção” da nossa língua no mundo é muito importante nesta era da globalização, pelo que o nosso apoio à educação básica e alfabetização nesses países,

não só promovem a nossa língua, como nos afirmam a nível mundial o que se refletirá na nossa política externa.

A terceira prende-se com a promoção da nossa capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais, cujos centros de decisão são supranacionais, o que constitui um dos principais objetivos da política externa portuguesa.

Um país como Portugal, é fundamental que saiba servir-se das suas influências e aplicar todos os mecanismos de que dispõe para influenciar nos centros de decisão de forma a daí tirar o maior proveito possível, nomeadamente em termos de cooperação para o desenvolvimento. Também é importante que se envolva a sociedade civil e o Estado para que, em complementaridade, encontrem as melhores soluções para desenvolver uma cooperação que vá ao encontro das reais necessidades dos países a ajudar. Para que as parcerias entre Estado e sociedade civil tenham sucesso, devem assentar em três vertentes fundamentais:

-“ Em primeiro lugar, o conhecimento: o conhecimento mútuo entre as instituições permite a aceitação e compreensão da missão, do trabalho e da filosofia que caracteriza cada uma delas;

- O segundo aspeto, que deriva do primeiro é a confiança mútua: desde que os seus objetivos e a sua forma de trabalhar sejam consonantes com os princípios orientadores e as estratégias da Cooperação Portuguesa, confiamos que cada organização pode complementar as suas especificidades no quadro duma relação de parceria entre instituições da sociedade civil e Estado;

-E o terceiro ponto: o enfoque sobre os resultados, pois a relação de parceria permite o desenvolvimento e a aplicação de projetos mais sofisticados, e deve contribuir para uma aprendizagem mútua que permita otimizar e validar resultados.”⁷

As parcerias facilitam o acesso aos Fundos Europeus e conseqüentemente poderão sair beneficiados delas todos os parceiros, o Estado, os parceiros da sociedade civil e os destinatários diretos que são os países beneficiários em desenvolvimento.

⁷ Ribeiro, Hermínia e Faria, Raquel (2009), A Cooperação Intermunicipal Portuguesa. Lisboa

É muito importante que se retirem benefícios dos organismos internacionais, tendo em vista facilitar a cooperação bilateral e multilateral, para daí se tirar o maior proveito possível para os países envolvidos, o que se refletirá na importância da nossa política externa.

É preciso que o Governo Português e os organismos responsáveis pela cooperação se empenhem. Sendo Portugal membro de pleno direito da União Europeia, tem responsabilidades acrescidas, porque:

“A União Europeia é o principal ator mundial em matéria de ajuda ao desenvolvimento. O crescente envolvimento da UE em termos de coerência das políticas verifica-se desde o Tratado de Maastricht (1993) onde, no Artº 177 (novo Artº208) é feita referência a um desenvolvimento sustentável dos Países em Desenvolvimento e à cooperação com estes para além do relacionamento comercial. Desde então contam-se cerca de 30 instrumentos europeus destinados à cooperação externa. Dada a sua disseminação, a UE tem tentado criar mecanismos integrados de modo a permitir que as políticas de cooperação comunitárias sejam mais direcionadas.”⁸

A política externa portuguesa e a projeção de Portugal no Mundo tem tido como instrumento fundamental a cooperação. Como tal, é muito importante servirmo-nos dos acessos que temos aos fundos da UE, para melhorarmos ainda mais a nossa projeção e, ao mesmo tempo, canalizar os fundos para os países lusófonos.

⁸ Ribeiro, Hermínia e Faria, Raquel (2009), A Cooperação Intermunicipal Portuguesa. Lisboa

TRABALHO DIPLOMÁTICO E SUA ARTICULAÇÃO COM A UCCLA

Sendo Portugal um país que sempre teve dificuldades económicas, embora tendo responsabilidades em termos de cooperação, principalmente com os Países, até pelo seu passado histórico, terá sempre dificuldades em definir metas ao nível da cooperação. Estas dificuldades traduziram-se negativamente na Diplomacia Portuguesa e conseqüentemente na Política de Cooperação.

Acresce a tudo isto, o facto de não existir um único centro de decisão em matéria de cooperação. A dispersão dos centros de decisão tem criado problemas em termos de política de cooperação ao mesmo tempo que as responsabilidades políticas se diluem pelos vários organismos de decisão.

A UCCLA é uma associação de cidades com um longo historial em termos de verdadeira cooperação, que para além de ter o suporte municipal deveria ter também uma atenção especial por parte dos órgãos governativos. É a União que faz a verdadeira diplomacia em termos de cooperação para o desenvolvimento, estrutura capaz de concretizar projetos de grande dimensão e com projetos de cooperação real.

IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE CPLP E UCCLA

A comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deu o primeiro passo em São Luís do Maranhão em 1989 quando se reuniram pela primeira vez os chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e S.Tomé e Príncipe a convite do Presidente Brasileiro, José Sarney.

A criação foi a 17 de julho de 1996 integrando os mesmos países de Língua portuguesa quando deram o primeiro passo para a sua criação e em 2002 após a conquista de independência deu-se a adesão de Timor-Leste.

Apesar desta organização ser evidentemente política, podemos constatar que os seus objetivos têm muito em comum com a UCCLA, como podemos verificar:

1." São objetivos gerais da CPLP:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, oceanos e assuntos do mar, agricultura, segurança alimentar, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, economia, comércio, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

2. Na materialização dos seus objetivos a CPLP apoia-se em mecanismos de concertação e cooperação existentes ou a estabelecer no âmbito da Comunidade.”⁹

Assim, é muito importante a articulação entre a CPLP e a UCCLA, porque certamente se aproveitam as sinergias existentes em ambas as organizações, poupando recursos e desenvolvendo esforços para que em conjunto exista melhor aproveitamento de recursos dos quais os principais beneficiados são as populações. Essa articulação verifica-se quando analisamos o plano de atividades da UCCLA onde encontramos várias atividades conjuntas.

CPLP-VISÕES PARA O FUTURO

A CPLP em 2006 durante a VI conferência de Chefes de Estado, realizada em Bissau adotou dois documentos de referência: A estratégia geral de cooperação da comunidade e a Declaração dos Objetivos de desenvolvimento do Milénio.

Assim, a estratégia geral de cooperação dentro da CPLP a partir desta data deverá ter em conta a complexidade crescente da cooperação internacional e o cumprimento dos seguintes objetivos do milénio;

- Erradicar a pobreza extrema e a fome
- Alcançar a educação primária universal
- Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres
- Reduzir a mortalidade infantil
- Melhorar a saúde materna
- Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
- Assegurar a sustentabilidade ambiental
- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

⁹ www.cplp.org/files/filer/cplp/cccg/IX/estatutos-cplp.pdf

A partir daqui, a estratégia de cooperação da CPLP deverá procurar atingir os seguintes objetivos:

“a) Definir as linhas de orientação geral que permitirão tornar a cooperação num veículo capaz de responder às necessidades e desafios no domínio do desenvolvimento.

b) Desenvolver esforços de coordenação e sistematização das políticas das cooperação no sentido de, onde for possível, melhorar a eficácia das ações desenvolvidas no espaço da Comunidade, designadamente, a conjugação de sinergias e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

c) Garantir uma melhor coerência interna no apoio a prestar aos Estados membros, estabelecendo um mecanismo que possibilite ao Secretariado executivo colaborar com governos, outras organizações internacionais e demais intervenientes, através de um programa fundado nos princípios orientadores da CPLP definidos no Artº 5º dos seus Estatutos.”¹⁰ (ANEXO 10)

A CPLP em 17 de Outubro de 2013 realizou em conjunto com a Fundação Calouste Gulbenkian uma conferência internacional: “ O Futuro da Agenda de Desenvolvimento: Visões para a CPLP”.

Esta conferência permitiu o debate e troca de impressões entre diversas personalidades dos Estados Membros e a ideia central da mesma permitiu destacar a necessidade de se olhar atentamente para as desigualdades como desafio ao desenvolvimento. Neste sentido, os estados membros acordaram entre si terem vontade política para delegarem competências no secretariado executivo para que este possa coordenar as posições entre os vários países.

Após análise de todos os estados membros, ressaltaram os pareceres seguintes:

“A experiência do Brasil mostra que é possível a redução pronunciada do grau de desigualdades no rendimento per capita, através de uma forte dinâmica no mercado

¹⁰ www.cplp.org

de trabalho e da aposta em transferências condicionadas de rendimento, as quais criaram novas dinâmicas de oferta e procura, a emergência de uma nova classe média e mais respostas a serviços básicos como a saúde, educação, transporte e segurança.

Os casos de Angola e Moçambique evidenciaram a necessidade de transformação estrutural ao nível económico e social e as dificuldades em conciliar o longo e curto prazo nas políticas implementadas. Também, a necessidade de distinguir indicadores assentes em medidas de crescimento como o Produto Interno Bruto (PIB), de indicadores de desenvolvimento humano, como enfatizado pelo representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Daqui resulta a importância de olhar para a dimensão política que está inerente a esses processos para além dos indicadores técnicos isolados.

O exemplo da situação da Guiné-Bissau ilustra os desafios decorrentes das tensões entre soberania e direitos humanos, das questões internas e questões universais e do problema da responsabilização pelos avanços e recuos. De Timor-Leste veio uma mensagem de esperança e confiança nos incrementos dos processos de decisão quando os próprios países ou indivíduos são envolvidos nos processos.

O caso de Cabo Verde ilustrou a forma como a criatividade, empenho e confiança podem transformar situações adversas em oportunidades. A graduação a país de rendimento médio foi vista inicialmente como motivo de apreensão, mas catapultou as autoridades num movimento estratégico de conceção de uma visão própria de desenvolvimento. São Tomé e Príncipe mostrou a necessidade de, a par dos esforços de redução da pobreza, se insistir no desenvolvimento sustentado, garantindo financiamento e vontade política que suporte uma transformação profunda e reforma do Estado.”¹¹

¹¹ www.cplp.org

Analisando a evolução da Comunidade, poderemos afirmar que, após ter nascido em 1989, tem evoluído bastante no sentido positivo, procurando cumprir os seus estatutos e atacando os principais problemas que atingem aqueles países. Apesar de existirem vários níveis de desenvolvimento dentro dos países que integram a CPLP, o facto das medidas dos vários programas, serem desenvolvidos em rede, permite a aplicação mais equilibrada das mesmas.

TERCEIRA PARTE

OS MUNICÍPIOS E A COOPERAÇÃO

Num mundo globalizado em que a relação espaço/tempo se modifica diariamente os governos nacionais devem responder com políticas que procurem vincular as realidades locais com os sistemas internacionais.

No atual contexto nacional e internacional a chave para o bom relacionamento do sistema civil e para uma verdadeira cooperação passa fundamentalmente pelo bom relacionamento entre os municípios.

É urgente a criação de redes de cidades, que através de projetos específicos de cooperação podem encontrar as melhores formas de criar as melhores condições de vida para as populações.

Os municípios devem ter abertura suficiente para acolher as indicações, propostas e críticas que surgem dos respetivos munícipes, além de obviamente não esquecerem as organizações e movimentos sociais que desempenham um importante papel na sociedade.

A criação de verdadeiras redes de cidades nos mais variados domínios permitiram a obtenção de fundos internacionais além da permuta de práticas que levaram à implementação das melhores políticas públicas inovadoras para o bem estar dos cidadãos.

Esta rede de cidades poderá ter outra vertente extremamente interessante sob o ponto de vista do desenvolvimento económico dado que servirá para facilitar a aproximação de pequenas, médias e grandes empresas que serão geradoras de trocas comerciais e conseqüentemente com resultados benéficos para as cidades e países envolvidos.

Os municípios são a administração mais próxima dos cidadãos que recebem as suas propostas, que ouvem as suas críticas, que sentem as suas necessidades. Como tal

poderão e deverão ser eles a encontrar as melhores soluções que facilitem não só o bem estar dos cidadãos, mas ao mesmo tempo serem os impulsionadores da implementação e promoção de todos os agentes económicos, a nível local nacional e internacional.

COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E O MUNICIPIO DE BORBA

Desta cooperação intermunicipal terão resultado vários acordos de gemação entre cidades da Europa Ocidental, pretendendo assim resolver problemas que lhes eram comuns, procurando ajudar-se mutuamente.

Posteriormente à cooperação intermunicipal, terá surgido a cooperação descentralizada, que não se limita à escala interna ou local, mas também à escala externa, designando-se por “cooperação externa descentralizada”, porque:

“(...) deverá ser suficientemente abrangente e generalista, de modo a não criar constrangimentos e limitações à atividade autárquica internacional, permitindo parcerias em qualquer parte do mundo e tendo por único limite, quanto aos seus destinatários, a não existência de reconhecimento ou relações de Estado a Estado por parte do Estado Português. Ao nível dos sistemas de financiamento, é referida a importância da afetação de recursos financeiros e da criação de mecanismos e instrumentos que permitam contratualizar a cooperação depende, em boa medida e a par da sua correta gestão, coordenação e aplicação –o êxito das políticas de cooperação internacional (...)”¹²

O Município de Borba, participou em duas situações de cooperação internacional descentralizadas resultantes de candidaturas efetuadas à comissão Europeia (Projetos Urb-al) tendo participado os mais variados tipos de parceiros, tendo em conta que:

¹² Ribeiro, Hermínia e Faria, Raquel (2009), A Cooperação Intermunicipal Portuguesa.

“(...)a cooperação descentralizada reflete uma nova orientação do papel do Estado, da participação e protagonismo dos beneficiários, e um maior apoio ao desenvolvimento da sociedade civil no desenvolvimento. Tal, determina que a Cooperação Descentralizada implique uma participação ativa dos diversos agentes em todas as fases do processo e, entre outras considerações, a prioridade à capacitação institucional no sentido de incentivar a autonomia e a sustentabilidade das dinâmicas locais (...)”¹³.

Assim, e apesar dos municípios ou entidades equiparadas que são os principais agentes, assumirem a responsabilidade de participarem, entram no processo dos mais variados tipos de beneficiários, que participam ativamente em todas as decisões relativamente à execução do projeto, desde o início até à sua conclusão.

Os responsáveis pelo Município de Borba desde 2002 entenderam que havia todas as vantagens para o Concelho de Borba, para os empresários do concelho das mais variadas atividades económicas e para os munícipes em tentar desenvolver laços de amizade , a estabelecer através de protocolos de geminação com várias cidades de diferentes países. Tais vantagens resultariam, numa fase inicial, duma parceria exclusivamente de natureza política, deixando campo aberto para que os contactos de natureza económica se viessem a estabelecer através do contacto direto entre os empresários dos mais variados setores de atividade económica.

É de referir que houve e há vários tipos de negócios, principalmente na área dos vinhos e mármore que hoje existem exatamente porque estes acordos de geminação se estabeleceram e porque foram promovidos com alguma frequência encontros e deslocações com empresários e principalmente deslocação de políticos dos mais variados países e cidades, ao Município de Borba, tendo em vista facilitarem os contactos para que as negociações se concretizassem, não só através dos contactos diretos entre empresários, mas também através de deslocação dos diversos

¹³ Ribeiro, Hermínia e Faria, Raquel (2009), A Cooperação Intermunicipal Portuguesa.

embaixadores e responsáveis pelas relações económicas como forma de facilitar as negociações.

É de referir ainda que tais acordos de gemação, que são extremamente importantes para as relações económicas bilaterais ou multilaterais, também podem trazer outro tipo de colaboração nas mais variadas áreas (desportivas, culturais, etc.)

AS GEMINAÇÕES E AS RELAÇÕES COMERCIAIS

As gemações tiveram a sua origem, ou pelo menos um grande desenvolvimento num período conturbado para o Continente Europeu (pós II grande guerra) que necessitava recuperar o seu prestígio, sendo as gemações entendidas “ (...) parcerias permanentes, formalizadas mediante acordos entre as partes, reconhecidas oficialmente, entre dois (bilateral) ou mais municípios (multilateral) e que promoviam a troca de conhecimentos e de experiências, podendo envolver diferentes setores da sociedade civil (associações, ONG(s), outras organizações) (...)”¹⁴, desempenharam nesta época um importante papel em termos de cooperação.

As gemações podem assumir diferentes formas de cooperação (técnica, política, económica demográfica, histórico cultural, posição geográfica, afinidade linguística etc.). Podemos verificar que as gemações existentes bem como o seu poder de importância, dependem muito dos objetivos que estiveram subjacentes à concretização do respetivo protocolo que lhe deu origem. Assim, podemos encontrar alguns acordos de gemação que são estabelecidos para resolverem problemas que lhes são comuns, ou outros mais direcionados para projetos de desenvolvimento a favor de países não desenvolvidos e outros completamente direcionados para o contexto económico.

Existem inúmeros exemplos em Portugal de organizações direcionadas para as mais variadas áreas e dependem bastante do tipo e características das cidades geminadas,

¹⁴ Ribeiro, Hermínia e Faria, Raquel (2009), A Cooperação Intermunicipal Portuguesa.

do grau de desenvolvimento dos países bem como do tipo de problemas que tiveram por base o acordo estabelecido.

MUNICIPIO DE BORBA-EXPERIÊNCIA VIVIDA

O desempenho da função de Presidente do Município de Borba entre 2002 e 2013, constitui uma experiência vivida na área da cooperação intermunicipal descentralizada, da qual resultaram acordos com as mais variadas cidades, de diferentes países com níveis de desenvolvimento diferentes e que se traduziram em benefícios mútuos. Além de acordos de cooperação bilaterais direcionados para a facilitação de trocas comerciais e promoção das empresas do concelho nesses países, procurou-se ao mesmo tempo estabelecer intercâmbios aos mais diversos níveis.

O Município de Borba participou em dois projetos do Programa URB-AI. Este é um programa descentralizado de cooperação da Comissão Europeia que tem como objetivo aproximar cidades, entidades e coletividades locais da América Latina e União Europeia através da troca de experiências nas várias áreas.

PRIMEIRO PROJETO:

“POLÍTICAS E AÇÕES MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR: REALIDADE, LIMITES E POSSIBILIDADES DA INTERSETORIALIDADE”

Este projeto decorreu entre 2005 e 2006 e o trabalho foi coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Piracicaba com a participação dos municípios sócios de Campinas, Rio Claro e São Bernardo do Campo (Brasil); Pignatelli e Mendatica (Itália); Borba e Arraiolos (Portugal); San Joaquín (Chile) e Rioja (Peru).

O projeto "Políticas e ações municipais de segurança alimentar: realidade, limites e possibilidades da intersectorialidade" envolveu a participação de dez municípios de cinco países da Europa e América Latina, num intercâmbio de experiências e levantamento de aspetos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) local. Durante um ano de execução, de outubro de 2005 a setembro de 2006, foram mobilizadas autoridades públicas e técnicos de diferentes áreas científicas, em todos

os municípios sócios, para participarem das discussões, das atividades de levantamento de ações e das duas Oficinas Internacionais de Segurança Alimentar realizadas no Brasil.

A ideia central partiu do trabalho de organização das ações de (SAN) Segurança Alimentar e Nutricional, iniciado no município de Piracicaba (SP), que assumiu o papel de coordenador da proposta.

Desta forma, pretendia-se discutir o papel das Políticas Públicas Municipais na promoção da SAN e a integração dos diferentes setores que o tema reúne, de forma a promover ações locais cada vez mais eficientes no combate às situações reais ou potenciais de insegurança alimentar. As conclusões foram reunidas nos textos aqui apresentados e deram origem a novas propostas para ações coordenadas.

O documento final do projeto, que é a Declaração de Piracicaba de Compromisso com a Segurança Alimentar e Nutricional, assinado por todos os municípios sócios, representa um marco para a SAN nessas cidades, reafirmando o compromisso com futuros projetos sobre essa temática.

O projeto teve início em 1 de outubro de 2005 e foi concluído em 30 de setembro de 2006, tendo por objetivo a ampliação de conhecimentos relativos à Segurança Alimentar e Nutricional - SAN -, nas suas diversas faces.

Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, foram disponibilizados recursos financeiros da Comunidade Europeia por meio da Rede 10 do URB-AL, organismo que fomenta a inter-relação e o intercâmbio entre os municípios da Europa e da América Latina, por meio dos chamados "projetos comuns".

O município coordenador e os municípios sócios também disponibilizaram recursos próprios para as despesas necessárias ao adequado desenvolvimento das atividades propostas. Foram desenvolvidas atividades que objetivaram, num primeiro momento, definir conceitos e trocar experiências e conhecimentos sobre SAN entre todos os sócios, procurando a escolha de ações que obtiveram sucesso em cada uma das cidades parceiras e que poderiam ser adotadas pelos outros integrantes do projeto. Em março de 2006 foi realizada, em Piracicaba, a 1ª Oficina Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse encontro entre os parceiros teve como meta principal a apresentação e discussão do projeto, bem como a sensibilização dos

sócios para a construção participativa do significado comum de SAN. Por meio de mesas-redondas, palestras e oficinas, foram abordados, por especialistas dos mais diversos setores da área pública e privada, temas de grande relevância que se relacionam diretamente ao conceito de segurança alimentar, entre os quais cabe destacar o consumo de alimentos no Brasil no século XXI; a agricultura familiar e a extensão rural; os programas de distribuição de alimentos à população; e a importância da intersectorialidade no desenvolvimento da SAN. Entre as atividades, realizou-se um levantamento de dados sobre cada município parceiro, tanto no que se refere a características gerais quanto às ações de segurança alimentar desenvolvidas em cada localidade, de acordo com os cinco grandes eixos da SAN definidos: Meio Ambiente e Produção de Alimentos; Acesso aos Alimentos; Alimento Seguro; Controle dos Desvios Nutricionais da População e Educação Nutricional e Informação ao Consumidor.

Para o desenvolvimento do projeto e a manutenção do intercâmbio entre os municípios sócios, foi criado também um site, que possibilitou a efetividade do diálogo sobre SAN entre as municipalidades parceiras e a disponibilidade, em rede, das informações obtidas por meio dos instrumentos de pesquisa.

A fim de concluir as atividades técnicas e administrativas do projeto, o município coordenador organizou a 2ª Oficina Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no período de 28 de agosto a 1 de setembro de 2006. Esse novo encontro, também sediado no Brasil, contou com a assinatura da "Declaração de Piracicaba de Compromisso com a Segurança Alimentar e Nutricional" por todos os representantes dos municípios parceiros, realizada na sessão solene de encerramento da Oficina Internacional.

Decorrente também desse intercâmbio, foram assinadas cartas de intenção declaratórias do interesse na formação de "Cidades Irmãs" entre os municípios brasileiros, portugueses, italianos, chileno e peruano, procurando, com isso, fortalecer os laços de amizade e as relações estabelecidas durante o período de desenvolvimento do Projeto URB-AL .

Esta publicação é o principal produto do desenvolvimento desse projeto e será disponibilizada para a Comunidade Europeia, para o Centro de Documentação da

URB-AL, para os municípios sócios e para os mais diversos setores que trabalham e desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional, sejam eles da iniciativa pública ou privada, visto que seu principal objetivo é socializar os resultados deste trabalho e apresentar alguns caminhos já trilhados pelos municípios sócios neste setor. Esperamos que este trabalho sirva de incentivo para novos estudos na área de segurança alimentar e nutricional, contribuindo também para o desenvolvimento de políticas públicas municipais que promovam ações para a garantia da qualidade de vida da população.

Na sequência deste projeto foram estabelecidos protocolos de cooperação que permitiram contactos para além do projeto com vantagens para as regiões (ver anexo).

- Protocolo de cooperação entre ATE (Perú) e Câmara Municipal de Borba
- Protocolo de cooperação entre RIOJA (Perú) e Câmara Municipal de Borba
- Protocolo de cooperação entre Consejo Peruano para a Autogestión (COPPA) (Perú) e Câmara Municipal de Borba
- Protocolo de intenções entre Município de PIRACICABA, Estado de São Paulo – Brasil e os Municípios de Borba e Arraiolos – Portugal

SEGUNDO PROJETO:

“AGLOMERADOS URBANOS EM ÁREA PROTEGIDA: MÉTODOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DA POPULAÇÃO COM A TUTELA DA NATUREZA”

Este projeto decorreu entre 2009 e 2012 e a área de intervenção ou região alvo-API foi numa região fronteiriça do Brasil e Uruguai, região do bioma pampa, no estado de Rio Grande do Sul e foram beneficiários todos os habitantes da área/foco.

Os organismos diretamente responsáveis foram:

Município de Borba (Portugal) que foi além de beneficiário o Coordenador Institucional, sendo responsável pela gestão e implementação de todo o projeto no terreno da área de intervenção.

Foram ainda responsáveis: Departamento de Rivera no Uruguai, os Municipios Brasileiros de Alegrete, Rosário do Sul, Santana de Livramento e Quaraí. Ainda com grande participação e extremamente colaboradora a Fundação Marona.

Procurando fornecer uma panorâmica geral da execução da ação ao longo de toda a duração do projeto podemos afirmar que a API Pampa representou, durante esses 48 meses, um laboratório de experimentação de novas fontes de rendimento e fortalecimento das fontes existentes com o uso sustentável do território e da valorização da cultura local.

Os sete eixos identificados e as Unidades Demonstrativas criadas demonstram que é possível promover o desenvolvimento socioeconómico da população com a possibilidade de proteção da natureza. Como resultado pode-se constatar, não apenas o incremento do rendimento à população local, mas principalmente a melhoria da autoestima e maior confiança nas instituições públicas.

O trabalho executado durante esses últimos 4 anos proporcionou um significativo aumento do grau de Coesão Social e Territorial nos territórios envolvidos, abrangendo as seguintes dimensões:

1. Dimensão produtiva e ocupacional: através da criação de novas fontes de renda e o fortalecimento das fontes existentes.

Foram criados 22 subprojectos de criação de renda e fortalecimento da renda existente nos vários territórios da API Pampa (Área de Proteção Internacional). Desses 22 subprojectos surgiram cerca de 99 Unidades Demonstrativas que têm como objetivo divulgar os ensinamentos aumentando, por consequência, o número de beneficiários territoriais. Os subprojectos foram assim denominados porque estão interrelacionados e são complementares, interagindo uns com os outros com o objetivo de abranger diversos setores da cultura do gaúcho da fronteira, segundo uma visão sustentável de desenvolvimento. É importante ressaltar a criação das várias associações locais de produtores rurais, que sozinhos não teriam condições de competir no mercado nacional e internacional, mas unidos têm um considerável aumento da produtividade e rendimento.

2. Dimensão social: através dos serviços básicos a favor da população local.

O Projeto URB-AL PAMPA proporcionou, sem sombras de dúvidas, um grande avanço da dimensão social. Depois de muitos anos de total abandono, as estradas rurais foram recuperadas, assim como pontes e passos. Novo Polo Educacional foi criado em Rosário do Sul, melhorando sensivelmente a qualidade do ensino entre a população mais pobre. Foram construídos novos poços artesianos para que a população local tivesse acesso à água potável. Os transportes públicos, principalmente escolares, foram ampliados e a qualidade aumentou.

A assistência sanitária foi intensificada em todos os territórios. Em Rivera foi criado o “bus expresso esperança” para atender cerca de 300 pessoas e em Quaraí a Unidade Móvel de Saúde. Não é indiferente a criação do “centro comunal de corticeiras” em Rivera e a regularização de várias propriedades.

Finalmente a criação de telecentros em diversas escolas da zona rural para que alunos e respectivas famílias tivessem acesso à rede internet.

3. Dimensão territorial

A criação da API Pampa (Área de Proteção Internacional), que hoje é candidata a Reserva da Biosfera do Pampa, e o fomento para uma cooperação transfronteiriça tanto a nível institucional quanto técnico, permitiu a realização dum excelente trabalho conjunto internacional com vantagens inquestionáveis para as populações. As várias áreas de proteção ambiental, fragmentadas nos vários territórios envolvidos, foram unidas formando um único território transfronteiriço denominado API Pampa. A proposta de Reserva da Biosfera, fruto do *“Estudo, comparação e avaliação das normativas”* elaborado pela consultora Marília Britto, com o apoio dos sócios e técnicos participantes, demonstrou que a proposta de Reserva da Biosfera do Pampa seria a mais indicada para garantir a sustentabilidade da área foco, seja do ponto de vista económico, social ou ambiental. Pela primeira vez governos locais dos países confinantes trabalham juntos com o mesmo objetivo: melhorar a qualidade de vida dos habitantes sem distinção de bandeira, raça, religião e partido.

Eixos de desenvolvimento: 1) Ovinos; 2) Turismo Rural; 3) Apicultura; 4) Hortifruticultura; 5) Mata Nativa; 6) Leite; 7) Tear e lã rustica.

A Reserva da Biosfera do Pampa poderá incluir, num futuro próximo, outra dimensão: a “dimensão institucional” através da planificação estratégica da API Pampa, envolvendo a articulação e busca de complementaridade entre os

diferentes níveis de decisão: municipal-estadual-federal e supra nacional (através do Mercosul e da Unesco).

O Banco de Dados, criado a partir do levantamento de campo, permitirá a criação de novas políticas públicas de coesão social, o monitoramento e avaliação a médio e longo prazo das várias Unidades Demonstrativas criadas nos cinco territórios.

Hoje pode-se falar de um único território - a API Pampa - que não vê barreiras político-administrativas, propiciando uma visão de território conjunto com duas bandeiras (Brasil e Uruguai).

Para completar, foi criada a “Associação Protipicol” para dar continuidade aos subprojectos de criação de renda, através de novos financiamentos públicos e privados.

A experiência demonstrou que a união entre os parceiros é fundamental para um desenvolvimento regional sustentável, para a conservação da cultura do gaúcho da fronteira e a salvaguarda do Bioma Pampa (único ao mundo). Pela primeira vez governos locais trabalham juntos com o mesmo objetivo: melhorar a qualidade de vida da população.

Na sequência deste projeto foram estabelecidos protocolos de cooperação que permitiram contactos para além do projeto com vantagens para as regiões (ver anexo).

- Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Alegrete , Estado de Rio Grande do Sul (Brasil) e o Município de Borba

- Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Rosário do Sul, Estado Rio Grande do Sul (Brasil) e o Município de Borba

- Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e o Município de Borba

- Protocolo de Intenções entre a Intendência Departamental de Rivéra, Uruguay e o Município de Borba

PROJETOS DIPLOMÁTICOS BILATERAIS

O Trabalho ao nível da cooperação e da diplomacia com diferentes cidades tendo em vista a promoção do concelho de Borba no Mundo não ficou por aqui. Houve um intenso trabalho em termos de atração de hipotéticos investidores, de cooperação e de promoção dos empresários no estrangeiro

-DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE GEMINAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE MÉ-CHOCHI (REPÚBLICA DE SÃO TOMÉ) E O MUNICÍPIO DE BORBA

Na sua deslocação a Portugal, o então Presidente do Município de Mé-chochi, visitou Borba, tendo havido troca de produtos locais de ambas as regiões. Foram apresentados os dois municípios, tendo em vista iniciar a cooperação aos mais diversos níveis.

Na sequência deste acordo, o município de Borba recebeu dez estudantes São Tomenses durante três anos, tendo os mesmos completado o 12º ano de escolaridade, na Escola Secundária de Vila Viçosa. Os jovens frequentaram um curso da via profissional, na área administrativa/informática.

Durante estes três anos, os jovens tiveram ainda oportunidade de participar em atividades culturais e desportivas na cidade de Borba.

Existem contactos de empresários que manifestaram interesse em instalar empresas da área agro-alimentar naquele país.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE KALININETS DO DISTRITO DE NARO-FORMINSK DA PROVINCIA DE MOSCOVO DA FEDERAÇÃO RUSSA E O MUNICÍPIO DE BORBA

O Município de Borba recebeu ao longo dos anos várias visitas de embaixadores dos mais variados países, desde a Europa, Ásia, América e também África, procurando sempre atrair investimento e promover o concelho.

Na sequência da visita do embaixador da Rússia ao concelho e a empresas dos mais variados ramos de atividade económica, foi o próprio embaixador a propôr o estabelecimento dum protocolo de geminação com uma cidade russa.

Foi recebido um convite do Presidente do Município de Kalininets (que foi aceite) e, nesse sentido, houve uma deslocação dum delegação russa a Borba e uma missão empresarial dinamizada pelo Município de Borba à Rússia.

Foram estabelecidos vários contactos e os empresários têm realizado negócios principalmente na área de mármore e vinhos.

Está aberto caminho para o aumento da área de negócio, além de condições para instalação de empresas portuguesas na Rússia.

ACORDO ENTRE A CIDADE DE BORBA DE PORTUGAL E A CIDADE DE TAIZOU DA RÉPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO ESTABELECIMENTO DE CIDADES IRMÃS

O primeiro contacto com a cidade de Taizou, resultou do convite da Adega de Borba para promoção dos vinhos na China no ano de 2005.

A disponibilidade do Presidente do Município para colaborar, traduziu-se não só em vários negócios que se estabeleceram entre empresários Chineses ao nível dos vinhos, mas também em inúmeros contactos de natureza política entre os dois municípios.

Mais tarde, devido à intensificação de contactos entre as duas cidades, em que várias delegações chinesas se deslocaram a Borba, aumentou o volume de negócios não só ao nível dos vinhos, mas também dos mármore.

Como resultado dos vários contactos e deslocações efetuadas, procedeu-se à assinatura do acordo de cooperação no ano de 2009. Depois desta assinatura os contactos continuaram e traduziram-se em negócios muito interessantes para os empresários de Borba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título conclusivo, podemos dizer que a UCCLA é uma Associação com um peso importantíssimo na cooperação a nível internacional e com um trabalho invulgar ao nível da diplomacia no sentido positivo, procurando desbloquear refletir e resolver problemas nos países lusófonos em articulação com Portugal, nomeadamente com organismos governamentais.

A política externa portuguesa tem os seus centros de decisão dispersos o que se reflete negativamente em termos de cooperação portuguesa. Tal situação não é benéfica para Portugal pois, poderia tirar mais vantagens no que se refere à cooperação pelo facto de falarmos a mesma língua.

Além disso poderíamos também retirar mais benefícios dos organismos internacionais, principalmente os comunitários que poderiam ser facilitadores de cooperação bilateral ou multilateral dentro dos países lusófonos.

Parece também fundamental uma grande articulação entre os organismos governamentais e a UCCLA, tendo em conta o excelente trabalho que esta realiza no terreno, de forma a retirar o máximo de benefícios de fundos internacionais.

É também muito importante a articulação entre CPLP e UCCLA, pois se considerarmos os objetivos de ambas, verificamos que o trabalho articulado é vantajoso porque conjugam os objetivos mais políticos dum com os objetivos mais práticos de outra.

Quanto aos municípios, é muito importante o seu papel em termos de cooperação e com o apoio da ANMP mais importante será. Um exemplo de trabalho a esse nível é o desenvolvido pelo Município de Borba, quer dentro, quer fora dos países lusófonos,

Este estágio que tivemos o privilégio de realizar foi interessante fundamentalmente pela oportunidade que tive em conhecer mais intensamente as atividades desenvolvidas pela UCCLA e ao mesmo tempo poder debruçar-me sobre temas que

sempre me despertaram interesse mas, devido à minha formação base de licenciatura em geografia, nunca tinha abordado com profundidade.

O estágio surge na sequência da minha formação base, da minha atividade docente durante vinte e cinco anos, de uma pós graduação em Psicologia-supervisão pedagógica, do desempenho das funções de Presidente do Município de Borba durante doze anos e também da frequência e aprovação do Curso de Auditores de Defesa Nacional. A par de tudo isto, tem muita importância o facto de estar ligado à atividade da Associação de Desenvolvimento Montes Claros desde 1999, o facto de ter participado em vários projetos ligados ao desenvolvimento da Região Alentejo e do país e também por fazer parte dos corpos sociais do Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) MONTE, responsável pela estratégia do Programa LEADER do Alentejo Central e com projetos em execução em Cabo Verde e Guiné.

Todas estas razões pesaram na escolha do estágio neste organismo, bem como a escolha do tema do estágio.

Este estágio permitiu ainda criar mais motivação para encontrar novas formas de cooperação e pensar em criar novos projetos.

Não podia terminar sem deixar um enorme agradecimento a todos os que contribuíram para o meu enriquecimento pessoal e profissional, aproveitando para deixar a minha disponibilidade total para desinteressadamente participar em atividades da UCCLA se for necessário a minha participação.

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio realizado permitiu contactar diretamente com a UCCLA e foi extremamente interessante e enriquecedor, porque conseguimos adquirir conhecimentos teóricos e contactar com aplicação no terreno de atividades de verdadeira cooperação, o que se traduziu positivamente na nossa formação pessoal e profissional.

O conhecimento da UCCLA permitiu-nos também consciencializar do importante trabalho que esta união vem desenvolvendo em termos de cooperação a todos os níveis nas várias cidades suas associadas e que muito contribuiu para a realização do estágio.

É de referir também que este estágio permitiu comparar e analisar as atividades da UCCLA e CPLP e consciencializar-nos da importância e necessidade de articulação entre ambas, tendo em vista o aproveitamento de sinergias.

Por último não queria deixar de salientar o apoio recebido da União ao longo do período de estágio, quer ao nível de acompanhamento, quer ao nível de liberdade em termos de pesquisa, facilitando o trabalho do estagiário e ao mesmo tempo favorecendo a sua criatividade.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS E ARTIGOS CONSULTADOS

FIIAP(1997), Iniciativa para la coesión social en América Latina. Madrid

Godínez, Vitor M.(2007), Cohesión social y cooperación descentralizada. Barcelona

Geraldo, José e Falcão, Conde (2008), D'aquém e D'além mar. Lisboa

IPAD (2006), Uma visão estratégica para a cooperação Portuguesa. Lisboa

UCCLA(2010), O Futuro, as Cidades e a Lusofonia. Lisboa

Saldanha, A. V.(2006), O Tratado Impossível: um exercício de Diplomacia Luso-Chinesa num contexto Internacional em mudança-1842-1887. Lisboa

DECRETOS E DESPACHOS

Resolução Conselho Ministros nº196/2005 de 22/05

FONTES DE DOCUMENTAÇÃO DIVERSA

Ribeiro, Hermínia e Faria, Raquel (2009), A Cooperação Intermunicipal Portuguesa. Lisboa

Cardoso, F. Jorge ; Ferreira P. Magalhães e Seabra M. João (2012), Portugal e os Desafios atuais da Cooperação para o Desenvolvimento. Lisboa

Vieira, A. Siza e Capristano Zica (2002), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe- captar ambientes. Coimbra

ANEXOS

Anexo 1- Atividade 1-Conferência Internacional: “O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões da CPLP



Conferência Internacional "O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP"

Vai ter lugar no dia 17 de outubro, a Conferência Internacional "O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP", na Fundação Calouste Gulbenkian (Av. de Berna, n.º 45 A, Lisboa, Portugal).

Nesta conferência, serão abordados vários temas centrados em três eixos de reflexão: desenvolvimento económico inclusivo; paz, segurança e fragilidade; e financiamento do desenvolvimento.

Esta conferência pretende ser um contributo para a discussão de temas globais, com um enfoque particular sobre os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), mostrando as suas várias visões, no que têm de comum e no que têm de diverso. No espaço da CPLP, marcado por interações intensas entre os seus oito países, tem-se desenvolvido um processo de coordenação político-diplomática, mas também de relações comerciais, fluxos de pessoas e colaboração entre organizações da sociedade civil.

Anexo 2- Atividade 2- UCCLA e AICEP Assinam Acordo para Promover a Cooperação Empresarial.

AICEP

UCCLA e Aicep assinam protocolo para promover cooperação empresarial

A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal irão assinar um protocolo na próxima quinta-feira em Lisboa, para avaliar mercados-alvo e oportunidades de negócio.

A UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e a Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal vão assinar um protocolo de cooperação, na próxima quinta-feira, dia 9 de janeiro, às 10h30, informou a UCCLA em nota de imprensa.

O objectivo, refere a mesma instituição, é "aumentar as sinergias de ambas as entidades, nomeadamente nas áreas da cooperação empresarial, avaliação de mercados-alvo e oportunidades de negócio, assim como no apoio à selecção e estruturação de projectos que poderão vir a ser financiados por entidades bilaterais, multilaterais ou outras".

O protocolo será assinado pelo secretário-geral da UCCLA, Vitor Ramalho, e pelo presidente da Aicep, Pedro Reis, e terá lugar na Sala 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Fundada em 1985, a UCCLA foi criada com a participação das cidades de Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São Tomé. Ao longo dos anos, várias outras cidades do mundo lusófono se associaram à UCCLA.

Anexo 3- Atividade 3- Conferência Internacional “Europa-África de Futuro Comum”.

Conferência "Europa e África, Que Futuro Comum?"

“A poucas semanas da 4.ª Cimeira UE-África, a Sociedade Civil portuguesa organiza a conferência sobre a Estratégia Conjunta Europa-África subordinada ao tema "Europa e África, Que Futuro Comum?", no próximo dia 12 de março, a partir das 9 horas, na Sala 1 da Fundação Calouste Gulbenkian (sita na Av. de Berna, n.º 45), em Lisboa, Portugal.

Esta conferência tem como objetivos informar e influenciar a opinião pública e os decisores políticos, e contribuir para aprofundar a relação de colaboração entre as Organizações da Sociedade Civil no contexto da relação Europa/África.

Trata-se de uma iniciativa conjunta das seguintes entidades: ACEP (Associação para a Cooperação Entre os Povos), Amnistia Internacional Portugal, CESA (Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina), CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), CNJ (Conselho Nacional de Juventude), CPR (Conselho Português para os Refugiados), EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza), Fundação Calouste Gulbenkian, PpDM (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres), Plataforma Portuguesa das ONGD, UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) e UGT (União Geral dos Trabalhadores).

A conferência contará com a participação de um conjunto de convidados Africanos e Europeus, que nos darão a conhecer a sua análise da evolução da Parceria Estratégica África Europa e o que se pode perspectivar para o seu futuro, tendo em conta as atuais dinâmicas de ambos os continentes. Assim, estarão presentes:

- Maurice Enguéléguélé (African Governance Institute);

- Marta Martinelli (Open Society institute);
- Gérard Karlshausen (Concord);
- Artur Gwagwa (Fórum das ONG de Direitos Humanos do Zimbabwe em Inglaterra).”

Anexo 4- Atividade 4- “III Encontro “Triângulo Estratégico América Latina-Europa-África.”

IPDAL REALIZA III ENCONTRO “TRIÂNGULO ESTRATÉGICO: AMÉRICA LATINA – EUROPA – ÁFRICA”



“O Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL), a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e a Accenture organizam em conjunto o III Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África”.

Esta iniciativa, que mereceu novamente o Alto Patrocínio do Presidente da República de Portugal, vai ter lugar nos dias 7 e 8 de Abril, segunda e terça-feira, no Hotel Double Tree by Hilton, em Lisboa.



O Governo de Portugal vai estar representado pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e pelo Ministério da Economia.

O III Encontro, que pretende identificar processos de melhoria no relacionamento

triangular do Espaço Atlântico, irá contar ainda com a presença do ex-Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, da ex-Comissária Europeia, Benita Ferrero-Waldner, do Secretário Executivo da CPLP, do Diretor-Geral de Desenvolvimento e Cooperação da Comissão Europeia, da Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de grandes instituições e empresas nacionais e internacionais.



III ENCONTRO
TRIÂNGULO ESTRATÉGICO
AMÉRICA LATINA
EUROPA
ÁFRICA



7 E 8 ABRIL 2014

Irão participar o Camões – Instituto da Língua e Cooperação, a Fundação Gulbenkian, o Parlamento Europeu, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento, o Real Instituto Elcano, a Mota-Engil, a TAP, BIAL, JP Sá Couto, Grupo Pestana, a União das Cidades de Língua Portuguesa, entre outros.

Esta iniciativa realiza-se novamente à porta fechada, sendo a entrada exclusiva aos convidados do IPDAL, da CDG e da Accenture.”

Anexo 5- Atividade 5- XXX Assembleia Geral da UCCLA.

“XXX Assembleia Geral da UCCLA

Decorreu na Câmara Municipal de Coimbra, Portugal, a reunião da XXX Assembleia Geral da UCCLA, dia 9 de maio. Muitos assuntos estiveram em cima de mesa, numa Assembleia que contou com uma maioria significativa de municípios e empresas que constituem a organização.

A Assembleia Geral da UCCLA foi presidida por David Simango (presidente da Mesa da Assembleia Geral da UCCLA e presidente do Conselho Municipal de Maputo, Moçambique), General José Tavares Ferreira (Administrador Municipal da cidade de Luanda, Angola) e Ekeneide Lima dos Santos (presidente da Câmara Distrital de Água Grande, São Tomé e Príncipe).

Marcaram presença, também e pela primeira vez, representantes da Confederação Empresarial da CPLP (Comunidades de Países de Língua Portuguesa), da UCCI (União das Cidades Capitais Ibero-americanas) e da Rede de Judiarias de Portugal.

O presidente da Mesa deu as boas vindas a todos os presentes, dando a palavra à anfitriã vereadora Carina Gomes, em representação do presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado. Agradecendo a escolha da cidade de Coimbra em promover a reunião desta organização, a vereadora apelou a todos os presentes em visitarem a cidade e em voltarem brevemente.

David Simango agradecendo a “boa aderência” de presenças, recordou a realização de eleições em algumas das cidades presentes e solicitou a todos uma breve apresentação de nomes e cargos para todo o coletivo. Por fim, reconheceu o trabalho desempenhado pelo presidente da Comissão Executiva, Ulisses Correia.

A reunião teve vários pontos de análise e discussão.

“Uma palavra de reconhecimento pela forma urbana, cortês, generosa e solidária com que a Câmara Municipal de Coimbra nos recebeu, felizmente e coincidentemente com uma festa que é historicamente importante para Coimbra e para o povo português e, de alguma maneira, também marcou todos os povos de expressão oficial portuguesa”,

foram as palavras do Secretário-Geral no início da sua intervenção. Recordou o discurso de Manuel Machado, presidente da autarquia anfitriã, no dia anterior (no decorrer da Comissão Executiva), de que em Coimbra “vultos incontornáveis da cultura dos nossos povos e países, e também da política, passaram pela cidade de Coimbra e foram projetados para a liderança dos movimentos e partidos de libertação e, mais tarde, para a direção dos respetivos países”.

Agradecendo a presença de todos, neste que representou um encontro de cidades e de empresas, afirmou ser uma “garantia para o futuro” da organização “pioneira na lusofonia”, com 29 anos de existência e predecessora da CPLP, pela mobilização que teve e “incontornável do ponto de vista da sua importância”.

O Secretário-Geral enalteceu a parceria recentemente concretizada com os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, uma vez que a autarquia de Lisboa tem um “acervo importantíssimo do ponto de vista social, de médicos e laboratórios que podem responder a exames clínicos necessários a todos”, salvaguardando o direito de todos e das instituições a que “pertencemos” nos socorrermos desse apoio e do trabalho profissional dos Serviços Sociais.

Referindo-se ao Relatório e Contas de 2013, Vítor Ramalho falou do “avanço para o desenvolvimento” que a UCCLA tem promovido junto das suas cidades associadas. Falou das diversas iniciativas na área da cultura – Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, em Natal, apoio à Ópera de Pequim, encontros vários com escritores de renome em certames e universidades – dos trabalhos de saneamento em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, da formação de 200 apicultores na Guiné-Bissau, na saúde e educação em Moçambique e Cabo Verde, não esquecendo o reconhecimento que a UCCLA tem vindo a ter por parte da União Europeia.

No que se refere ao Programa de Atividades para 2014, o Secretário-Geral destacou diversos os seguintes aspetos:

- Homenagem que a UCCLA pretende fazer aos antigos alunos da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Casa para “onde vinham estudar os jovens das ex-colónias, que não tinham universidades e queriam prosseguir os estudos superiores”, adiantando que

nesta casa ergueram-se “referências e obras em volumes” – como “O Boletim da Casa” e a “Mensagem” – e “onde nasceram os maiores vultos da história dos nossos países e aí nasceram poetas e políticos, como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro, Alda do Espírito Santo e muitas mais personalidades” que passaram pela Casa.

“Em função de a UCCLA ser a instituição das cidades lusófonas a CEI ter sede em Lisboa e uma delegação em Coimbra”, e fazer este ano 70 anos da sua criação e para o ano 50 anos da sua extinção (pela polícia política, em 1965), “nós desafiámos o reitor da Universidade de Coimbra a promover uma sessão de homenagem” a estas personalidades vivas, que terá lugar no dia 21 de outubro. Adiantou, ainda, que no dia 25 de maio de 2015, terá lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, a sessão de encerramento, trazendo “figuras proeminentes e que são incontornáveis na ação política que tiveram”. Vitor Ramalho falou do apoio recolhido junto do Governo Português e das Embaixadas e que o jornal SOL irá fazer um encarte com os 22 pequenos livros da CEI;

- No âmbito do protocolo que a UCCLA assinou com a UCCI (União das Cidades Capitais Ibero-americanas) – que tem como objetivo o aprofundamento e o reforço das relações entre as cidades de língua oficial portuguesa e as cidades ibero-americanas, associadas das duas instituições, bem como fomentar a participação em atividades ou iniciativas promovidas por qualquer uma delas em benefício de ambas – as instituições irão promover, no dia 21 de maio, atividades para assinalar o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, data consagrada pelas Nações Unidas. O Secretário-Geral fez o apelo a que todas as cidades façam “declarações ou marcas simbólicas” para que esse dia seja assinalado, invocando as duas instituições;

- Outorgado o protocolo com a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), onde “iremos ter representação nas feiras internacionais, desde já a FACIM (Moçambique) e FILDA (Angola)”, permitindo, deste modo, a participação de todas as cidades e empresas que compõem o universo da UCCLA. Vítor Ramalho deu conta, ainda, da realização do evento que a AICEP está a promover, para os dias 3

e 4 de junho, no qual irão participar representantes das maiores instituições bancárias do espaço lusófono;

- Realização da reunião das redes temáticas da “Preservação dos Centros Históricos”, na cidade de Angra do Heroísmo, e da “Proteção Civil”, em Maputo;

- Criação do Gabinete de Cooperação Económica que “permitirá respostas mais céleres, sem compromisso, quer no domínio da formação autárquica, como no domínio das próprias empresas”. Para o Secretário-Geral este Gabinete representará uma “ajuda multilateral das nossas empresas, não apenas das nossas associadas, mas também outras”;

- Assinatura de diversos protocolos: Confederação Empresarial da CPLP, Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, Rede de Judiarias de Portugal, Centro de Estudos Judiciários da Universidade Lusófona.

O presidente da Comissão Executiva da Confederação Empresarial da CPLP, Francisco Viana, adiantou que a Confederação irá contribuir, e está a trabalhar nesse sentido, para ajudar financeiramente a iniciativa de homenagem à CEI. Sugeriu, ainda que, quando da realização das Assembleias Gerais da UCCLA, a Confederação possa realizar um “Fórum Económico” de modo a criar uma “interatividade entre os empresários que poderão apoiar as cidades e os nossos líderes municipais”. Por fim, afirmou que irá propor a adesão da Confederação a membro da UCCLA.

Américo de Abreu Ferreira, Administrador das Águas de Portugal, sugeriu que a UCCLA deveria “potenciar, para além do financiamento com a União Europeia e o Instituto Camões, deveria arranjar uma forma de interagir com o Banco Mundial, Banco Africano e Banco Europeu de Investimentos”.

No que concerne a Moções, foram apresentadas 3 e todas aprovadas:

- Moção 1 de “incondicional apoio das cidades associadas da UCCLA à intenção das autoridades de M’Banza Congo apresentarem uma proposta à UNESCO para que esta seja reconhecida como Património Mundial da Humanidade”;

- Moção 2 de “Saudação pelas recentes eleições Democráticas na Guiné-Bissau”;

- Moção 3 de “Saudar a cidade de Díli, associada da UCCLA, como cidade anfitriã da Xª Conferência de Chefes de Estado e de Governo que terá lugar no dia 23 de julho de 2014”.

Os pedidos de novas adesões mereceram uma explicação mais detalhada por parte do Secretário-Geral:

- Candidatura da Câmara Municipal da Covilhã como Membro Observador da UCCLA. De acordo com Vítor Ramalho, a cidade da Covilhã tem uma “tradição relevantíssima do ponto de vista têxtil e, particularmente, dos lanifícios”. O responsável adiantou que outras cidades portuguesas manifestaram a sua intenção de integrarem a UCCLA, como Ponta Delgada, Madeira e Porto Santo;

- Em relação a empresas (Membros Apoiantes), foram aceites a Diorama – “empresa internacionalizada em alguns países lusófonos e também na Argélia, e tem como principal, para além de outras, atividade a resposta às linhas de caminho-de-ferro” -, Parques do EDT do Tâmega – associação que “agrupa várias empresas e nichos de empresas” – COFACO Açores – “empresa de produtos alimentares, na área das conservas, com grande dimensão internacional” -, ANEPE-Associação Nacional de Empresas de Parques de Estacionamento e o CEAL/ISEC – Centro de Estudos da Administração Local do Instituto Superior de Educação e Ciências.

- Foi, ainda, dado a conhecer o pedido de suspensão do CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica.

As datas para a realização das próximas reuniões da Comissão Executiva e Assembleia-Geral da UCCLA ficaram, igualmente, agendadas para os seguintes locais:

- 2.ª Comissão Executiva de 2014 na Guiné-Bissau;
- 1.ª Comissão Executiva de 2015 e XXXI Assembleia Geral em Maputo (Moçambique);
- 2.ª Comissão Executiva de 2015 em Macau.

No final dos trabalhos, o representante da UCCI, Fernando Rocafull, dirigiu à Assembleia palavras de agradecimento pelo convite. Tendo a UCCI 29 cidades todas capitais, existe um “forte vínculo entre a Península Ibérica e a América Latina” e esta será uma “nova etapa para a relação entre a UCCLA e a UCCI”.

UCCLA cria Gabinete de Cooperação Económica entre empresas e cidades lusófonas

“A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) vai criar este ano um Gabinete de Cooperação Económica entre empresas e cidades lusófonas, que “permitirá respostas mais céleres, quer no domínio da formação autárquica, quer no domínio das próprias empresas”, salientou o Secretário-Geral da organização, Vitor Ramalho, ao destacar esta medida incluída no “Programa de Atividades para 2014”, durante a reunião da XXX Assembleia Geral da UCCLA, a 9 de maio, na Câmara Municipal de Coimbra.

Vitor Ramalho salientou que este Gabinete representará uma “ajuda multilateral às empresas, não apenas as associadas da UCCLA, mas também outras”, no encontro de cidades e de empresas promovido pela UCCLA, instituição “pioneira na lusofonia”, com 29 anos de existência e predecessora da CPLP.

Ainda no âmbito económico, depois da assinatura do protocolo com a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) a UCCLA vai “ter representação nas feiras internacionais, desde já a FACIM (Moçambique) e FILDA (Angola)”, permitindo, deste modo, a participação de todas as cidades e empresas que compõem o universo da UCCLA.

Empenhada em promover um “avanço para o desenvolvimento” junto das suas cidades associadas, a reunião serviu não só para projectar iniciativas futuras, mas também para fazer um balanço de 2013, um ano em que se destaca o crescente reconhecimento que a UCCLA tem vindo a ter por parte da União Europeia, bem como diversas iniciativas, como os trabalhos de saneamento em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, a cooperação na saúde e educação em Moçambique e Cabo Verde, a formação de 200 apicultores na Guiné-Bissau ou, na área da cultura, o Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, em Natal, apoio à Ópera de Pequim, encontros vários com escritores de renome em certames e universidades.

Protocolo com União das Cidades Capitais Ibero-americanas

Aprofundar e reforçar as relações entre as cidades de língua oficial portuguesa e as cidades ibero-americanas, associadas das duas instituições, é objectivo do protocolo

que a UCCLA assinou com a UCCI (União das Cidades Capitais Ibero-americanas). O acordo visa ainda fomentar a participação em atividades ou iniciativas promovidas por ambas as partes.

Homenagem à Casa dos Estudantes do Império

A UCCLA vai fazer a 21 de Outubro uma homenagem aos antigos alunos da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Casa para “onde vinham estudar os jovens das ex-colónias, que não tinham universidades e queriam prosseguir os estudos superiores”, adiantando que nesta casa ergueram-se “referências e obras em volumes” – como “O Boletim da Casa” e a “Mensagem” – e “onde nasceram os maiores vultos da história dos nossos países e aí nasceram poetas e políticos, como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro, Alda do Espírito Santo e muitas mais personalidades”.

Anexo 6- Atividade 6- Conferência “O Jogo Global Mudou- Qual o papel das relações Europa-África?”.



A conferência pretende analisar a Parceria UE-África – incluindo os resultados da IV Cimeira, realizada a 2-3 de Abril de 2014 - e debater as oportunidades e desafios das relações entre os dois continentes, agora e nos próximos anos, num contexto de dinâmicas continentais e globais em rápida mutação. Tendo como base a necessidade de uma transformação política e de mentalidades nestas relações, os debates incidem sobre:

- As principais mudanças nas prioridades, necessidades, expectativas e ambições de ambos os continentes nos últimos anos, analisando o que foi conseguido e como foram abordados os desafios recorrentes.
- O valor acrescentado das relações UE-África em face da diversificação crescente de fluxos e de parceiros para África, bem como o potencial de reforço do diálogo e da cooperação entre esta multiplicidade de intervenientes;
- O que deverá a parceria tentar atingir no futuro e em que aspetos se devem centrar as duas partes, para assegurar maior participação, melhor cooperação e um diálogo público reforçado, incluindo sobre assuntos globais.

The conference intends to look back at what the EU-Africa partnership has achieved so far - including the outcomes of the IV Summit - and exchange views about the opportunities and challenges to EU-Africa relations now as in the next few years, in a context of rapidly evolving continental and global dynamics. Having as basis the need for a political and mental shift in these relations, the debates will focus on:

- The main changes in the priorities, needs, expectations and ambitions of both continents in recent years, assessing what has been achieved and how persistent challenges have been addressed;
- The added-value of EU-Africa relations vis a vis the growing diversification of flows and partners for Africa, as well as the potential for increased dialogue and cooperation between this multitude of players;
- What should the partnership aim at in the near future and where should both parties focus on to ensure broader participation, improve cooperation and reinforce political dialogue, including on global issues.

O JOGO GLOBAL MUDDOU
QUAL O PAPEL DAS RELAÇÕES EUROPA-ÁFRICA?
THE GLOBAL GAME HAS CHANGED
WHAT ROLE FOR EUROPE-AFRICA RELATIONS?

29 DE ABRIL DE 2014
 FUNDAÇÃO CALDOSTE GULBENKIAN







PROGRAMME

9h30 Opening Session & Keynote Speech

Luís Rebelo
RECTOR OF THE UNIVERSITY OF LISBOA

Paulo Nascimento
VICE-PRESIDENT, LAMIBS - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Chair
Paulo Telles de Freitas
CHAIRMAN OF THE BOARD, INSTITUTO NACIONAL DE VALUTARIA

Francisco Branco
LIFE ASSOCIATE
CONSTITUTIONAL AND POLITICAL SCIENCE, LISBON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE, LISBON

10h30 Coffee-Break

11h00 Assessing the outcomes of the IV EU-Africa Summit

Ronald Kizyari
DIRECTOR FOR ECONOMIC AFFAIRS OF THE AFRICAN UNION COMMISSION, ADDIS ABABA

Francisco Mourão
HEAD OF UNIT FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT POLICY UNIT, EUROPEAN COMMISSION, BRUSSELS

Marta Martinelli
AFRICA SUSTAINABILITY FOUNDATION, STUTTGART, ADDIS ABABA

Co-moderator
Geert Ligoortse
EUROPEAN CENTRE FOR DEVELOPMENT POLICY MANAGEMENT, MAASTRICHT

Chair
Carolina Cunha
SENIOR CONSULTANT ON AFRICA-EU RELATIONS

11h30 Lunch

9h30 Africa, Europe and Emerging Actors
CHAIRMAN OF THE BOARD OF THE AFRICAN COMMISSION ON DEVELOPMENT (COMADEV) OF STATES, BRUSSELS

Quadrin Mafira
SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, JOHANNESBURG

Chair
Chris Akpan
DIRECTOR OF AFRICA-ASIA PROGRAMS, LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE, LONDON

Co-moderator
Alex Vines
ASSOCIATE DIRECTOR GENERAL OF THE AFRICAN PROGRAMME, OXFORD HUMAN DEVELOPMENT, LONDON

Chair
Clara Cayulho
CENTRE OF INTERNATIONAL STUDIES, BETHLEEM

10h30 Coffee-Break

11h00 Da resultados da IV Cimeira UE-Africa

Ronald Kizyari
DIRECTOR FOR ECONOMIC AFFAIRS OF THE AFRICAN UNION COMMISSION, ADDIS ABABA

Francisco Mourão
HEAD OF UNIT FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT POLICY UNIT, EUROPEAN COMMISSION, BRUSSELS

Marta Martinelli
AFRICA SUSTAINABILITY FOUNDATION, STUTTGART, ADDIS ABABA

Co-moderator
Geert Ligoortse
EUROPEAN CENTRE FOR DEVELOPMENT POLICY MANAGEMENT, MAASTRICHT

Chair
Carolina Cunha
SENIOR CONSULTANT ON AFRICA-EU RELATIONS, LISBON

11h30 Almoço livre

9h30 Abertura & Keynote Speech
Luís Rebelo
RECTOR DO INSTITUTO

Paulo Nascimento
VICE-PRESIDENT, LAMIBS - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Chair
Paulo Telles de Freitas
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, INSTITUTO NACIONAL DE VALUTARIA

Francisco Branco
LIFE ASSOCIATE
ARTES E CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS, ESCOLA DE ECONOMIA E CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE LISBOA

10h30 Coffee-Break

11h00 Da resultados da IV Cimeira UE-Africa

Ronald Kizyari
DIRECTOR FOR ECONOMIC AFFAIRS OF THE AFRICAN UNION COMMISSION, ADDIS ABABA

Francisco Mourão
HEAD OF UNIT FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT POLICY UNIT, EUROPEAN COMMISSION, BRUSSELS

Marta Martinelli
AFRICA SUSTAINABILITY FOUNDATION, STUTTGART, ADDIS ABABA

Co-moderator
Geert Ligoortse
EUROPEAN CENTRE FOR DEVELOPMENT POLICY MANAGEMENT, MAASTRICHT

Chair
Carolina Cunha
SENIOR CONSULTANT ON AFRICA-EU RELATIONS, LISBON

11h30 Almoço livre

9h30 Africa, Europe and Emerging Actors
CHAIRMAN OF THE BOARD OF THE AFRICAN COMMISSION ON DEVELOPMENT (COMADEV) OF STATES, BRUSSELS

Quadrin Mafira
SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, JOHANNESBURG

Chair
Chris Akpan
DIRECTOR OF AFRICA-ASIA PROGRAMS, LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE, LISBON

Co-moderator
Alex Vines
ASSOCIATE DIRECTOR GENERAL OF THE AFRICAN PROGRAMME, OXFORD HUMAN DEVELOPMENT, LONDON

Chair
Clara Cayulho
CENTRE OF INTERNATIONAL STUDIES, BETHLEEM

10h30 Coffee-Break

11h00 Prioridades para a Futura A Parceria UE-Africa e os Desafios Globais

Serguei Quartaia
PRESIDENT, COMADEV OF STATES OF AFRICA, BRUSSELS

Quadrin Mafira
SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, JOHANNESBURG

Chair
José Manuel Brito e Caba
ASSISTENT TO PRESIDENT OF THE BOARD OF AFRICA-ASIA PROGRAMS, LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE, LISBON

Co-moderator
Victor Rogels
VITAL TO DEVELOPING ECONOMICAL POLICIES FOR AFRICA, THE AFRICAN UNION COMMISSION, ADDIS ABABA

Chair
Fernando Jorge Cardoso
ASSISTENT TO DIRECTOR GENERAL OF AFRICA-ASIA PROGRAMS

11h30 Concluiões e Encerramento

Nick Westcott
SENIOR TOP HUMAN DEVELOPMENT POLICY UNIT, EUROPEAN COMMISSION, BRUSSELS

Rui Machete
VICE-RECTOR OF THE UNIVERSITY OF LISBOA

Meeting in English, English, French and Portuguese (translation available)

Meeting in English, English, French and Portuguese (translation available)

Anexo 7- Atividade 7- Conferência “Internacionalização das Economias”.



“Decorreu nos dias 3 e 4 de Junho de 2014, no Centro de Congressos de Lisboa, à Junqueira, a Conferência “INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS”. Um espaço de debate e encontro entre empresas e organizações do Espaço Lusófono que visou o reforço das relações económicas entre os países da lusofonia.

A iniciativa teve o Alto Patrocínio de S. Ex^ª o Vice - Primeiro Ministro de Portugal e a participação do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Ministro da Economia de Portugal e do Secretário Executivo da CPLP, bem como, dos Membros dos Governos dos restantes países participantes.

Pode agora consultar aqui os estudos que serviram de suporte às apresentações e brevemente serão disponibilizadas as apresentações efetuadas.

Programa

Conferência 3 DE JUNHO 2014

Centro de Congressos de Lisboa – (Auditório I)

09h30 - 10h30

Abertura

Dr. Miguel Frاسquilho, Presidente da aicep Portugal Global

Embaixador Murade Murargy, Secretario Executivo da CPLP

Dr. Rui Machete, Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal

10h30 - 13h00

APRESENTAÇÃO E DEBATE DOS ESTUDOS NACIONAIS

Moderador: Comendador Rocha de Matos, Presidente da Fundação AIP
Eng.º Mira Amaral, Presidente Executivo do Banco BIC Português
Apresentação sobre Angola. Estudo de suporte.

Dr. Humberto Freire, Administrador Geral do Banco do Brasil em Portugal –
Apresentação sobre o Brasil. Estudo de suporte.

Dr. Francisco Mendes Palma, Director do BES
Apresentação sobre Cabo Verde. Estudo de suporte.

Dr. José Maria Brandão de Brito, Director do Millennium BCP
Apresentação sobre Moçambique. Estudo de suporte.

Dr. Alberto Soares, Diretor Central da Direção Internacional de Negócio da Caixa Geral
de Depósitos

Apresentação sobre Timor-Leste e S. Tomé e Príncipe. Estudo de suporte São Tomé e
Príncipe; Estudo de suporte Timor Leste.

Dr.ª Maria Celeste Hagatong, Administradora do Banco BPI
Apresentação sobre Portugal. Estudo de suporte.

Debate

13h00 – 15h00

Almoço oferecido pelos patrocinadores

15h00 - 17h30

COMO REFORÇAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS E O RELACIONAMENTO MÚTUO

Moderador: Dr. Artur Santos Silva, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Representante do Governo de Angola

Dr. Ricardo Schaefer, Vice Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Externo do Brasil

Dr^a. Manuela Neves, Embaixadora de Cabo Verde em Portugal

Dr. Aiuba Cuereneia, Ministro da Planificação e Desenvolvimento do Governo de Moçambique

Dr. Hélio Vaz d'Almeida, Ministro do Plano e Finanças de S. Tomé e Príncipe

Dr. António da Conceição, Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente de Timor-Leste

Dr. Luis Campos Ferreira, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Debate

17h30

ENCERRAMENTO

Dr. António Pires de Lima, Ministro da Economia de Portugal

4 DE JUNHO 2014

09h00 - 18h00

ENCONTROS BILATERAIS E MULTILATERAIS

REUNIÕES BILATERAIS ENTRE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

Centro de Congressos de Lisboa – (Auditório II)

Em locais a definir, decorrerão simultaneamente reuniões (em parte do dia):

Das Universidades - iniciativa AICEP/CRUP

Das Cidades - iniciativa AICEP/UCCLA”

Anexo 8- Atividade 8- Apresentação da Edição Portuguesa: “Perspetivas económicas em África: As Cadeias de Valor Globais e a Industrialização de África”.

Perspetivas económicas em África 2014

em 60 segundos





Notas-países

Em 2014, pela primeira vez, as Perspetivas económicas em África incluem os perfis detalhados de cada um dos 54 países de África. Estas notas são atualizadas anualmente e fornecem dados e análises estritamente comparáveis, nomeadamente:

- a análise global de cada economia,
- os desenvolvimentos económicos recentes e as projeções para dois anos,
- a política macroeconómica,
- a governação económica e política,
- o contexto social e o desenvolvimento humano,
- a participação nas cadeias de valor globais (2014).

Estas notas são uma referência essencial, em África e no mundo, para os decisores do setor público e do privado, jornalistas, investigadores, estudantes, etc. Todas as notas-países podem ser consultadas gratuitamente no site: www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/

Versões abreviadas estão disponíveis na edição impressa do relatório.



MOÇAMBIQUE

NOTAS ECONÓMICAS EM 60 SEGUNDOS

Este perfil económico apresenta uma análise concisa da economia moçambicana, incluindo os principais desafios e oportunidades. O texto é dividido em seções que abordam a governação económica e política, o contexto social e o desenvolvimento humano, e a participação nas cadeias de valor globais.

Esta relação está disponível gratuitamente em:

www.africaneconomicoutlook.org/po

Contactos

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento económico- research@afdb.org

Centro de Desenvolvimento da OCDE dev.areas@oecd.org

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento publications.quezant@un-tp.org



O que são as Perspetivas económicas em África (PEA)?

O relatório anual *Perspetivas económicas em África (PEA)* é uma ferramenta essencial para acompanhar a evolução económica, social e política do continente. A edição de 2014 contém:

- uma análise e previsão macroeconómicas originais;
- um capítulo especial sobre as implicações das cadeias de valor globais para a industrialização de África;
- notas de conjuntura para cada um dos 54 países do continente;
- uma análise rigorosa e independente;
- um anexo estatístico detalhado.

Uma abordagem colaborativa

As PEA são o resultado de uma parceria única entre três organizações internacionais:

- Banco Africano de Desenvolvimento;
- Centro de Desenvolvimento da OCDE;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Uma equipa internacional de investigadores, economistas, estatísticos e outros especialistas, analisa os dados económicos, sociais e políticos a fim de os apresentar ao público de modo acessível. O relatório apoia-se nas estatísticas mais recentes recolhidas junto de diferentes fontes: instituições nacionais de estatística, ministérios, instituições multilaterais de desenvolvimento, investidores, sociedade civil e órgãos de comunicação social.



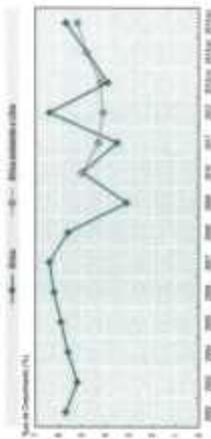
Desempenho e perspetivas em África

Os progressos económicos e sociais permanecem estáveis...

Em 2013, o produto interno bruto (PIB) de África cresceu em média 4%, em comparação com 3% na economia mundial, confirmando a resiliência do continente num contexto mundial e regional difícil.

As perspetivas a médio prazo permanecem boas: o crescimento deverá acelerar para cerca de 5% em 2014 e para 5-6% em 2015, cenário que não se registava desde a recessão mundial de 2009. Neste contexto os principais riscos residem na recuperação lenta da economia mundial e na persistência de tensões políticas e sociais em África.

Crescimento económico em África



Nota: Os estimativos de 2013 e 2014 são provisórios.
Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

Sabia que?

O Índice de Desenvolvimento Humano registou um crescimento anual de 1.5% em África. Hoje, 15 países do continente registam um nível médio de desenvolvimento humano muito alto.

... mas a integração regional progride lentamente

Apesar dos compromissos assumidos pelos dirigentes políticos de abrir as fronteiras, a legislação africana relativa à circulação de pessoas permanece, em geral, bastante restritiva. Alguns países africanos nem previram preferências estratégicas regionais na decisão de exigir ou não a obtenção de um visto. Os cidadãos da América do Norte e da Europa beneficiam de um estatuto mais liberal em matéria de vistos de entrada: ou estão isentos, ou podem obter o visto à chegada em pelo menos metade dos países do continente. Por sua vez, os africanos precisam de visto em pelo menos dois terços dos outros países africanos.

Mais informações:
www.africanconomicoutlook.org/portuguese/

As cadeias de valor globais e a industrialização de África

A globalização mudou o modo de produção de bens e de serviços

Hoje em dia, as redes de produção cobrem o mundo inteiro, os produtos intermédios são transacionados entre diferentes países, e as atividades de valor acrescentado ocorrem numa multiplicidade de lugares. Estas cadeias de valor globais (CVG) oferecem novas oportunidades de transformação estrutural em África. Os países podem integrar-se através de ligações às CVG numa fase específica – geralmente a montagem nas atividades industriais e a produção de produtos de base na agricultura – sem terem que desenvolver um setor na integralidade.

A participação nas CVG oferece oportunidades de desenvolvimento graças à transferência de conhecimentos, à diferenciação de produtos, e à realização de novas etapas adjacentes da cadeia de valor. No entanto, o desafio para as economias africanas reside em aumentar a sua participação nas CVG, evitando permanecer dependentes de atividades de baixo valor acrescentado.

Sabia que?

Embora África represente apenas 2.2% do comércio mundial de valor acrescentado, a sua participação aumentou mais rapidamente do que muitas outras regiões do mundo. A África Austral representa cerca de 40% da integração do continente nas CVG. As cadeias de valor regionais estão particularmente desenvolvidas na África Oriental: 25% do valor estrangeiro incorporado nas suas exportações tem origem em África.

O que podem fazer os governos africanos?

Para atrair os investidores, África pode contar com os seus mercados de consumo em expansão, os seus recursos naturais abundantes e uma oferta importante de mão de obra. Mais do que tentar atrair investimento direto estrangeiro através de onerosos incentivos fiscais, os governos deverão eliminar as barreiras à integração nas CVG, modernizando as infraestruturas, melhorando as competências, baixando as tarifas aduaneiras sobre os bens intermédios e simplificando os procedimentos alfandegários. É essencial analisar detalhadamente o funcionamento de cada CVG para elaborar políticas públicas adaptadas a cada uma delas.

Mais informações:
www.africanconomicoutlook.org/pt/pt/1600/

PROGRAMA

Apresentação da edição portuguesa das *Perspetivas Económicas em África 2014*:
As Cadeias de Valor Globais e a Industrialização de África

Lisboa, 26 de junho de 2014

Auditório da CPLP

11h00 - Abertura

Murade Isaac Miguigy Murargy, Secretário Executivo, CPLP
Ana Paula Laborinho, Presidente, Camões IP
Federico Bonaglia, Diretor Adjunto, Centro de Desenvolvimento, OCDE

11h30 - Apresentação do Relatório

Moderador:

Manuel Espão, Diretor da Cooperação, CPLP

Federico Bonaglia, Diretor Adjunto, Centro de Desenvolvimento, OCDE
José Paulo Esperança, Professor Catedrático, ISCTE-IUL

Perguntas e Respostas

12:30 - Encerramento

Ana Paula Laborinho, Presidente, Camões, IP
Murade Isaac Miguigy Murargy, Secretário Executivo, CPLP

Anexo 9- Atividade 9- Novos Investimentos Transatlânticos- Oportunidades de Negócios entre Paraguai e Portugal.



NOVOS INVESTIMENTOS TRANSATLÂNTICOS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS ENTRE PARAGUAI E PORTUGAL

VISITA DE SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA
REPÚBLICA DO PARAGUAI, GUSTAVO LEITE

PROGRAMA

Auditório Fundação AIP

Travessa da Guarda, nº 3 - Praça das Indústrias, à Junqueira

27.06.2014 | 12h00

11:45 – 12:00	Recepção dos participantes
12:00 – 12:10	Palavras de boas-vindas <i>João Dotti, Vice Presidente, Fundação AIP</i>
12:10 – 12:20	Palavras de boas-vindas <i>Sua Excelência o Embaixador da República do Paraguai, Luis A. Fretes Carreras</i>
12:20 – 12:40	“Oportunidades de Negócios entre Paraguai e Portugal” <i>Sua Excelência o Ministro da Indústria e Comércio da República Paraguai, Gustavo Leite</i>
12:40 – 12:55	Caso de sucesso de empresa portuguesa <i>João Pena, Ceo, Rioforte Investments</i>
12:55 – 13:30	DEBATE



**Ministro de Industria y Comercio del Paraguay
Gustavo Alfredo Leite Gusinky, Bs. Sc., Mcom.**

Tiene una Licenciatura en Administración de Empresas, (Major in Finance, Minor in Economics), University of California at Irvine & Chapman University, Orange, California, USA y una Maestría en Marketing Internacional, Scottish Marketing School, Strathclyde University, Glasgow, Escocia, Reino Unido, 1988. British Council Scholar.

Ha trabajado en el sector privado como Socio Director Gerente General, Paraguay Partners S.A., Desarrollador y Director Ejecutivo de emprendimientos inmobiliarios, Consultor Internacional, 1994-1998 y 1999-2000 en proyectos como Coordinador de los consultores locales paraguayos afectados a Santander Central Hispano Investments.

Consultor responsable del monitoreo del mercado de importaciones de Paraguay, Factibilidad para la instalación en Paraguay de una Universidad Bilingüe, con estándares de los Estados Unidos de América. (Fuente Privada), Factibilidad para la instalación de una Zona Franca Comercial e Industrial en la Región de Alto Paraná, Paraguay. (Inversores Privados), Factibilidad para el Centro MERCOSUR de Carga Aérea, conjuntamente con Woolpert International Inc. (Dayton, Ohio), y FEDEX, (Memphis, Tennessee). Proyecto Financiado por US Trade and Development Agency.

Coordinador Nacional y Enlace con Consultores Locales. Asunción, Paraguay. En el sector público se desempeñó como Ministro, Secretario Ejecutivo de la Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social (STP). Gabinete de la Presidencia de la República.

Co-autor del Plan de Gobierno en el área DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL 1998-2003, adoptado por el Gobierno Nacional, Agosto 1998. Asunción, Paraguay, Responsable del Monitoreo y Control de la Agenda Estratégica Gubernamental de la Administración Cubas, 1998-1999.

Asunción, Paraguay, Coordinador del Consejo Económico de Ministros. 1998-1999, Coordinador y Portavoz del Equipo Económico. 1998-1999. Coordinador y Responsable del Monitoreo del Sistema Integrado de Inversión Pública del Estado Paraguayo. Coordinador de Cooperación Técnica y Financiera Internacional del Estado Paraguayo.

Además como Principal negociador de financiación internacional vía emisión de bonos del Gobierno Paraguayo por valor de USD 400.000.000, con el Chinatrust Commercial Bank, Principal negociador de préstamo de USD 70.000.000, de la República de China con el Gobierno de Paraguay, firmado en Noviembre de 1998. Taipei, ROC, Principal responsable de la presentación al Parlamento Nacional de Paraguay, entre otras, de las siguientes Propuestas de Leyes: Portafolio de Inversiones de la Administración del Instituto de Previsión Social (IPS); Capitalización de la Compañía Pública de Teléfonos (Antelco), Ente Regulador Eléctrico (Enrel); Saneamiento Financiero.

Fue también Ejecutor de la Agenda de Descentralización 1998-1999, conjuntamente con consultorías de la GTZ, Responsable por el Plan Nacional de reconversión de Ciudad del Este 1998 y Negociador con la República Federativa del Brasil del Régimen Automotor del Mercosur.

Ocupó también los cargos de Embajador, Director General de ProParaguay (Dirección General de las Exportaciones e Inversiones), Asunción, 1992-1994, Primer Director General de ProParaguay.

Creador y responsable del Primer Plan de Exportación de Productos Frutihortícolas a través de Consorcios de Cooperativas Agrícolas. 1992-1994. Asunción, Paraguay, Primer Secretario, Embajada del Paraguay ante la Comunidad Económica Europea. Bruselas, Bélgica, 1989-1992, Encargado Comercial, Embajada del Paraguay ante la Comunidad Económica Europea. Bruselas, Bélgica 1988-1992 y Negociador Senior del Grupo de Trabajo del Acuerdo de Cooperación entre Paraguay y la CEE (hoy Unión Europea), firmado en Febrero de 1992.

Además de todo esto, GUSTAVO ALFREDO LEITE GUSINKY, ha sido distinguido en varias ocasiones como British Council, 1987-1988. British Council Scholar, Orden del Gran Cordón, conferida por la República de China por la relevante labor en el mejoramiento de las relaciones entre la República de China y Paraguay. Taipei, 1999 y como Conferencista de la Cátedra MERCOSUR de la Maestría en Relaciones Internacionales en el Institute de Sciences Politiques de Paris (Science Po) Paris, 1999.

Anexo 10- XIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos países de Língua Portuguesa.



XIII REUNIÃO DOS PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Bissau, 12 e 13 de Julho de 2006

PROPOSTA DE ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO GERAL DA CPLP

1. Justificativa

Uma estratégia geral de cooperação no seio da CPLP deve tomar em conta o quadro de complexidade crescente da cooperação internacional e o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O desenvolvimento das acções deverá ter por base uma procura activa de mecanismos de coordenação mais satisfatórios por forma a apoiar os Estados membros na prossecução dos mencionados objectivos.

É nesse quadro que o Secretariado Executivo poderá desempenhar um papel importante na identificação e mobilização de recursos que garantam a execução de certos programas e projectos junto às agências financiadoras. Poderá, igualmente, apoiar na identificação de acções que permitam responder as necessidades específicas dos Estados e sejam susceptíveis de atendimento por mais do que um país da comunidade.

2. Objectivos

A estratégia de cooperação da CPLP deverá:

- a) Definir as linhas de orientação geral que permitirão tornar a cooperação um veículo capaz de responder às necessidades e desafios no domínio do desenvolvimento,
- b) Desenvolver esforços de coordenação e sistematização das políticas de cooperação no sentido de, onde for possível, melhorar a eficácia das acções desenvolvidas no espaço da Comunidade, designadamente, a conjugação de sinergias e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.
- c) Garantir uma melhor coerência interna no apoio a prestar aos Estados membros, estabelecendo um mecanismo que possibilite ao Secretariado Executivo colaborar com governos, outras organizações internacionais e demais intervenientes, através de um programa de desenvolvimento fundado nos princípios orientadores da CPLP definidos no artigo 5º dos seus Estatutos.



3. Linhas de Acção

As acções de cooperação desenvolvidas no âmbito da Comunidade devem enquadrar-se nos princípios orientadores da CPLP, estar em harmonia com as áreas prioritárias de actuação definidas pelos Estados membros, responder a necessidades específicas desses Estados, devendo ser financiadas por contribuições voluntárias dos Estados membros ou de terceiros, através do Fundo Especial.

Elas devem resultar de uma orientação estratégica estabelecida pelos Estados membros e que favoreça um processo continuado de desenvolvimento.

3.1 Áreas para a Cooperação Comunitária

3.1.1. Objectivo global: a redução da pobreza

As diferentes intervenções no quadro da cooperação comunitária deverão concentrar-se no objectivo global de redução da pobreza, numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

3.1.2 Os principais eixos da programação estratégica

De acordo com o mandato da CPLP e com base na Declaração sobre "Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na era da Globalização", aprovada na Cimeira de Maputo, em 2000, na Declaração sobre a "Paz e o Desenvolvimento", aprovada na Cimeira de Brasília, em 2002, e na Declaração sobre "Sociedade da Informação como Contributo para a Boa Governação e Transparência", aprovada na Cimeira de São Tomé, em 2004, as áreas prioritárias para a cooperação serão desenvolvidas em conformidade com "Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio", tal como definidos na Declaração do Milénio e que são os seguintes¹:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar a educação primária universal;
3. Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças;
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

¹ Prioridades a serem definidas pelos EM.



3.1.3. Ajudas de Emergência

A CPLP deverá ter ainda capacidade de reagir rapidamente quer a situações de crise quer a catástrofes naturais.

No que à cooperação comunitária diz respeito, esta deverá ter capacidade de reorientar certas acções nos quadros dos programas para responder a situações pontuais.

3.1.4. Temáticas transversais

A definição de sectores prioritários não deverá eliminar a possibilidade de interacção com outros sectores. Refere-se a abordagem intersectorial na identificação de programas ou projectos e a oportunidade de integrar temáticas transversais, tais como : género, ambiente, governação, etc.

3.1.5. Intervenções complementares às acções prioritárias

Não deverá ser igualmente excluída a possibilidade de se realizar acções pontuais, cujo objectivo será o de acudir a necessidades específicas de grupos considerados mais vulneráveis, nomeadamente mulheres, crianças etc.

3.2. Sistematização da Política de Cooperação da CPLP

Torna-se necessário:

1. Estabelecer um Programa Indicativo de Cooperação de carácter plurianual onde a concentração dos projectos vá de encontro às necessidades das populações e dos Estados beneficiários.

Essa programação facilitará uma abordagem multisectorial, integrada e coerente, para além de permitir um melhor seguimento e avaliação do impacte das acções programadas e executadas.

2. Identificar áreas prioritárias de intervenção, em conformidade com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

3. Dinamizar projectos de carácter multilateral de forma a assegurar uma cooperação em que todos os países envolvidos se sintam parte e beneficiários, contrariando o desenvolvimento da dicotomia "países doadores" e "países receptores" no seio da Comunidade.

4. Incentivar uma maior coordenação e identificação de complementaridades e de mais valias de uma actuação multilateral.

5. Prosseguir uma reflexão contínua sobre temas ligados à cooperação, designadamente sobre a sua eficácia, as tendências da cooperação internacional, o acesso a fontes internacionais de financiamento, o alcance da "cooperação



comunitária” no espaço da CPLP e os seus mecanismos com vista a aperfeiçoar este importante instrumento de afirmação e desenvolvimento da Organização.

6. Incentivar a afirmação da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação como fórum privilegiado de diálogo e troca de informação sobre as políticas de cooperação.

7. Incentivar a coordenação multilateral de acções de cooperação para o desenvolvimento, o que poderá possibilitar:

a) Harmonizar as práticas e procedimentos dos Estados Membros, simplificando os mecanismos de distribuição da ajuda;

b) Analisar os instrumentos e mecanismos de implementação da ajuda que melhor se adaptem à realidade de cada Estado membro;

c) Orientar as acções de cooperação fundamentalmente em função dos objectivos de redução da pobreza, articulando-as com as estratégias nacionais de desenvolvimento e com os programas de luta contra a pobreza – o que irá assegurar maior eficácia aos programas de cooperação;

d) Contribuir para que os Estados membros beneficiários assumam uma postura mais pró-activa na definição de acções de cooperação em seu benefício.

8. Promover um maior envolvimento da sociedade civil nas actividades e programas da CPLP, em particular, incluindo as diásporas, enquanto agentes fundamentais na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza nos seus países de origem.

3.3. Cooperação Económico-Empresarial

Tendo os Estados membros, considerado como objectivo importante a cooperação económico - empresarial, devem:

1. Incentivar a criação de condições para que tanto os Fóruns Empresariais como o Conselho Empresarial sejam instrumentos facilitadores das trocas comerciais e da cooperação económica, de forma a contribuírem para a promoção do desenvolvimento do sector privado, tornando-os espaços económicos mais atractivos.

3.4. Cooperação com as Organizações Internacionais

1. Aprofundar os laços de cooperação já existentes com diversas organizações internacionais, nomeadamente com as Nações Unidas e suas agências e organizações regionais em que os seus Estados membros geograficamente se inscrevem.

2. Consolidar os esforços de afirmação em outros espaços multilaterais para, assim, obter a desejada projecção internacional e os recursos necessários para complementar o financiamento das actividades de cooperação para o desenvolvimento.



A concertação de posições entre os Estados membros no âmbito dos organismos e organizações internacionais deverá servir esse desiderato.

3.4.1. Articulação entre PIR - PALOP e a CPLP

Encorajar a articulação entre os Ordenadores Nacionais e os Pontos Focais, de forma a facilitar uma maior coordenação de objectivos, encontrando pontos de convergência e complementaridades.

4. Reforço Institucional

4.1. Reforço das Estruturas Nacionais para Assuntos da CPLP

1. Incentivar a criação e ou reforço das estruturas nacionais de cada país, como meio de facilitar a coordenação intersectorial no âmbito nacional, como factor de eficiência na realização dos programas e projectos de cooperação comunitária.

2. Incentivar o aprofundamento da articulação entre as Reuniões Ministeriais e a Reunião dos Pontos Focais, dotando o Secretariado Executivo dos recursos necessários àquele acompanhamento, por forma a se poder salvaguardar a complementaridade em matéria de cooperação para o desenvolvimento com as decisões emanadas das reuniões sectoriais.

4.2. Capacitação do Secretariado Executivo

1. Reforçar o Secretariado Executivo através da constituição de um núcleo devidamente especializado, com vista a assegurar:

- a) o acompanhamento eficaz da cooperação comunitária;
- b) a identificação em coordenação com os Estados membros dos projectos susceptíveis de recurso ao financiamento de organizações de cooperação internacional;
- c) a preparação e gestão de missões de observação eleitoral da CPLP;
- d) o efectivo acompanhamento das diferentes actividades relacionadas com os três grandes objectivos da Comunidade, por forma a poder assegurar a difusão de toda a informação pertinente e salvaguardar a complementaridade e criação de sinergias entre diferentes áreas.

5. Fontes de Financiamento

Os recursos postos à disposição da Organização são manifestamente insuficientes face aos desafios de desenvolvimento que se colocam aos Estados membros.



O Fundo Especial deverá ser o instrumento determinante na gestão financeira da cooperação comunitária, pelo que a regularidade e a pontualidade das contribuições são essenciais para o cabal cumprimento dos objectivos propostos, impondo-se um compromisso firme dos Estados membros;

Por outro lado, a implementação de um PIC exigirá uma previsibilidade de planeamento e de programação financeira adequada, o que suscita a questão da necessidade eventual de se acordar numa escala de contribuições para o Fundo Especial, que garanta essa previsibilidade e regularidade do financiamento imprescindível à execução do PIC.

Deverá, também, ser reforçado o empenho junto das entidades financiadoras, públicas e privadas, governamentais ou multilaterais, com o objectivo de obter os recursos necessários à implementação dos projectos de cooperação da CPLP.

III. Princípios directores e modos de intervenção

Na cooperação para o desenvolvimento, a elaboração dos programas deverá seguir os seguintes princípios directores:

- A subsidiariedade: as acções de cooperação da CPLP têm por objectivo apoiar os esforços dos Estados membros e reforçar as suas capacidades, de acordo com as necessidades prioritárias, por eles definidas não os substituindo, na definição das suas políticas nacionais;
- A concentração: Concentrar as contribuições dos diferentes agentes no quadro de programas aprovados, evitando a dispersão das acções de cooperação;
- A parceria: necessidade de favorecer as sinergias entre os Estados membros, bem como parcerias mutuamente favoráveis com organizações internacionais, organizações não governamentais e com o sector privado;
- A coordenação: O Secretariado Executivo e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação são os responsáveis pela condução e coordenação das acções desenvolvidas no quadro da cooperação comunitária, na qual se incluem as iniciativas de cooperação resultantes das Reuniões Ministeriais (sectoriais) sem descurar intervenções coordenadas com outros parceiros (ver ponto 3.4.1);
- A transferência de saber-fazer: a fim de assegurar a durabilidade das intervenções e facilitar a sua apropriação ;
- A pertinência: As acções serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios: mais valia para a concretização dos objectivos enunciados, complementaridade com outras intervenções, ausência de duplicação, escolha do maior número possível de beneficiários em função das necessidades identificadas, mínimo de recursos necessários para atingir a eficácia;
- Seguimento e avaliação: O Secretariado Executivo e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação são os órgãos da CPLP responsáveis pelo acompanhamento da estratégia



de cooperação. Esta estratégia de cooperação será estabelecida com a base nos planos de acção plurianuais que serão objecto de um reexame e uma avaliação;

As acções programadas deverão ser, na medida do possível, acompanhadas de indicadores, capazes de permitir medir os seus resultados e avaliar os seus efeitos.

Os progressos realizados na implementação das acções prioritárias serão avaliados nas Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação e nos Conselhos de Ministros.

Em cada Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, serão examinadas as inflexões ou adaptações a introduzir na estratégia de cooperação, tendo em conta a evolução da própria Organização e do contexto internacional.

Nesta base, a implementação das programações deve se efectuar através de acções concretas e pelos modos de intervenção julgados eficazes. Esses modos de intervenção poderão ser, por exemplo: a assistência técnica (serviços de peritos e de aconselhamento), o intercâmbio de experiências e de saberes; a informação, a sensibilização, a facilitação e o financiamento de projectos.

Anexo 11- Protocolo de cooperación entre ATE (Perú) e Câmara Municipal de Borba



PROTOCOLO DE COOPERACION ENTRE LA MUNICIPALIDAD DE ATE, PERU Y LA CAMARA MUNICIPAL DE BORBA , PORTUGAL

COMPARECEN

De una parte el Sr. Presidente Angelo Sá., y de otra el Sr. William J. Moreno.

El Primero, D Angelo Sá., lo hace en nombre y representación de la Cámara Municipal de Borba, como Presidente de la misma.

El Segundo, D. William J. Moreno, lo hace en nombre y representación de la Municipalidad de Ate, Lima, Perú, como Secretario de Cooperación y Relaciones Internacionales de la misma.

En la calidad de condición que intervienen los comparecientes se reconocen su capacidad para obligar a las Instituciones a las que representan cada uno de ellos.

MANIFIESTAN

Que, convencidos de que la cooperación internacional ofrece excelentes oportunidades para promover el desarrollo local y fortalecer el buen gobierno local, desean establecer un Pacto de Hermanamiento, sujeto a ratificación de los correspondientes organismos de ambos Gobiernos Locales..

En su virtud y en uso de las facultades que a los comparecientes les otorgan las leyes y acuerdos,

DECLARAN SOLEMNEMENTE

Refrendar el siguiente

**PACTO DE HERMANAMIENTO ENTRE LA MUNICIPALIDAD
DE ATE Y LA CAMARA MUNICIPAL DE BORBA**

Los municipios de Ate y Borba, conscientes de los vínculos de amistad y confraternidad que existe entre ambas localidades.

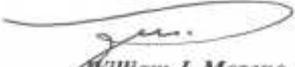
Teniendo en cuenta la voluntad de fortalecer las relaciones entre el Municipio de Ate y la Cámara Municipal de Borba, y considerando que ambos pueblos deben ser capaces de estrechar aún más las relaciones de fraternidad y cooperación, han decidido formalizar el presente protocolo con arreglo a las siguientes bases:

PRIMERA.- Declarar a los Municipios de Ate y Borba, MUNICIPIOS HERMANOS, como justo reconocimiento de los lazos de amistad existentes entre ambos pueblos.

SEGUNDA.- Promover un sistema de colaboración y transferencia de información que redundará en beneficio de ambas partes y en la profundización de las relaciones bilaterales, en los temas referidos al urbanismo, acciones socio-culturales, salud, educación, deporte, actividades productivas, asistencia técnica, cooperación internacional.

TERCERA.- Se considera el presente documento de duración indefinida, modificable o anulable según la voluntad de las partes, previa comunicación.

Leído, aprobado y suscrito, en Piracicaba, el 01 de septiembre del 2006, en doble copia.


William J. Moreno
Secretario de Cooperación y R. Internac.
Municipalidad de Ate

Angelo Sá
Presidente
Cámara Municipal de Borba


Eratificado en
reunión Cámara
de 04/10/06

Anexo 12-Protocolo de cooperación entre RIOJA (Perú) e Câmara Municipal de Borba



PROTOCOLO DE COOPERACION ENTRE LA MUNICIPALIDAD DE RIOJA, PERU Y LA CAMARA MUNICIPAL DE BORBA , PORTUGAL

COMPARECEN

De una parte el Sr. Presidente Angelo Sá., y de otra el Sr. Noé Hernández Izquierdo.

El Primero, D Angelo Sá., lo hace en nombre y representación de la Câmara Municipal de Borba, como Presidente de la misma.

El Segundo, D. Noé Hernández Izquierdo, lo hace en nombre y representación de la Municipalidad de Rioja, como Alcalde de la misma.

En la calidad de condición que intervienen los comparecientes se reconocen su capacidad para obligar a las Instituciones a las que representan cada uno de ellos.

MANIFIESTAN

Que, convencidos de que la cooperación internacional ofrece excelentes oportunidades para promover el desarrollo local y fortalecer el buen gobierno local, desean establecer un Pacto de Hermanamiento, sujeto a ratificación de los correspondientes organismos de ambos Gobiernos Locales..

En su virtud y en uso de las facultades que a los comparecientes les otorgan las leyes y acuerdos,

DECLARAN SOLEMNEMENTE

Refrendar el siguiente

**PACTO DE HERMANAMIENTO ENTRE LA MUNICIPALIDAD
DE RIOJA Y LA CAMARA MUNICIPAL DE BORBA**

Los municipios de Rioja y Borba, conscientes de los vínculos de amistad y confraternidad que existe entre ambas localidades.

Considerando que un medio para lograr y mantener la paz y la armonía entre los pueblos es la vinculación de afanes e intereses comunes entre distintos pueblos, movidas por el mismo espíritu de paz y libertad.

Teniendo en cuenta la voluntad de fortalecer las relaciones entre el Municipio de Rioja y la Cámara Municipal de Borba, y considerando que ambos pueblos deben ser capaces de estrechar aún más las relaciones de fraternidad y cooperación, han decidido formalizar el presente protocolo con arreglo a las siguientes bases:

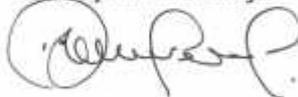
PRIMERA.- Declarar a los Municipios de Rioja y Borba, MUNICIPIOS HERMANOS, como justo reconocimiento de los lazos de amistad existentes entre ambos pueblos.

SEGUNDA.- Promover un sistema de colaboración y transferencia de información que redundará en beneficio de ambas partes y en la profundización de las relaciones bilaterales, en los temas referidos al urbanismo, acciones socio-culturales, salud, educación, deporte, actividades productivas, asistencia técnica, cooperación internacional.

TERCERA.- Se considera el presente documento de duración indefinida, modificable o anulable según la voluntad de las partes, previa comunicación.

Leído, aprobado y suscrito, en Piracicaba, el 01 de septiembre del 2006, en doble copia.

Noé Hernández Izquierdo
Alcalde
Municipalidad de Rioja



Angelo Sá
Presidente
Cámara Municipal de Borba



*ratificado en
Reunião Câmara
de 04/10/06*

Anexo 13-Protocolo de cooperação entre Consejo Peruano para a Autogestión (COPPA) (Perú) e Câmara Municipal de Borba



PROTOCOLO DE COOPERACION ENTRE EL CONSEJO PERUANO PARA LA AUTOGESTION (COPPA), PERU Y LA CAMARA MUNICIPAL DE BORBA , PORTUGAL

COMPARECEN

De una parte el Sr. Presidente Angelo Sá., y de otra el Sr. William J. Moreno.

El Primero, D Angelo Sá., lo hace en nombre y representación de la Câmara Municipal de Borba, como Presidente de la misma.

El Segundo, D. William J. Moreno, lo hace en nombre y representación del Consejo Peruano para la Autogestión (COPPA), como Presidente de la misma.

En la calidad de condición que intervienen los comparecientes se reconocen su capacidad para obligar a las Instituciones a las que representan cada uno de ellos.

MANIFIESTAN

Que, convencidos de que la cooperación internacional ofrece excelentes oportunidades para promover el desarrollo local y fortalecer el buen gobierno local, desean establecer un Protocolo de Cooperación para operacionalizar los convenios de hermanamiento que suscriba Borba en el Perú.

En su virtud y en uso de las facultades que a los comparecientes les otorgan las leyes y acuerdos,

DECLARAN SOLEMNEMENTE

Refrendar el siguiente

PROTOCOLO DE COOPERACION ENTRE COPPA Y LA CAMARA MUNICIPAL DE BORBA

COPPA y Borba, conscientes de los vínculos de amistad y confraternidad que existe entre ambas entidades, han decidido formalizar el presente protocolo con arreglo a las siguientes bases:

PRIMERA.- Declarar a COPPA y Borba, MUNICIPALISTAS como justo reconocimiento de los lazos de amistad existentes entre ambas instituciones.

SEGUNDA.- Encargar a COPPA la administración, ejecución, seguimiento y refuerzos a los proyectos que Borja pudiera financiar en Rioja, Ate y otras ciudades peruanas con las que se encuentre hermanada.

TERCERA.- COPPA aportará sus instalaciones, experiencia y recursos humanos para el buen funcionamiento de los convenios de hermanamiento de Borja en el Perú.

CUARTA.- Se considera el presente documento de duración indefinida, modificable o anulable según la voluntad de las partes, previa comunicación.

Leído, aprobado y suscrito, en Piracicaba, el 01 de septiembre del 2006, en doble copia.

William J. Moreno
Presidente
COPPA



Angelo Sá
Presidente
Cámara Municipal de Borja



Ratificado en
Sesión Plena
de 04/10/06

Anexo 14-Protocolo de intenções entre Município de PIRACICABA, Estado de São Paulo – Brasil e os Municípios de Borba e Arraiolos – Portugal

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL, E AS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DE BORBA E ARRAIOLOS - PORTUGAL, OBJETVANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESFORÇOS CONJUNTOS NO SENTIDO DE SEREM DECLARADAS CIDADES IRMÃS.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, com sede à Rua Antonio Correa Barbosa, 2233, Piracicaba-SP. - Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 46.341.038/0001-29, neste ato representada por seu Prefeito, Economista BARJAS NEGRI, e as PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DE BORBA E ARRAIOLOS – PORTUGAL.

CONSIDERANDO

1. O interesse de ambos os governos em promover ações no sentido de aproximar os Municípios e declará-los CIDADES IRMÃS; Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico é o agente indutor e facilitador do desenvolvimento econômico do Estado;
2. Que essa aproximação somente trará benefícios aos municípios, buscando a interação que propiciará maiores informações nas áreas do desenvolvimento social, cultural e econômico;

Resolvem, celebrar o presente Protocolo de Intenções, face ao interesse comum na conjugação de esforços para estabelecer ampla cooperação para transformarem-se em agentes estimuladores e indutores de ações e estudos necessários à consecução dos objetivos aqui propostos e traçados, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento e comprometimento intergovernamental de ações conjuntas entre as signatárias com vistas a alcançar a declaração de CIDADES IRMÃS, bem como promover o

mais amplo intercâmbio de informações no sentido de aprimorarem o desenvolvimento social, cultural e econômico dos Municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS

As signatárias, dentro de seus campos de atuação, conjunta ou separadamente, desenvolverão conjunta ou separadamente as ações objeto deste instrumento, com vistas a agilizar e melhor realizar sua consecução, envidando esforços para adequação e desenvolvimento de produtos, estratégias e ações para sua consecução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Protocolo de Intenções vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, renovável anualmente mediante manifestação das parceiras, podendo ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das signatárias, através de comunicação por escrito, independentemente de aviso prévio.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dos trabalhos visando a consecução dos objetivos do presente Protocolo, dentro de seus limites, não acarretarão aos signatários quaisquer ônus financeiros adicionais aos usualmente empregados no desempenho de suas atividades, ficando condicionado, ademais, à devida aprovação em todas as instâncias técnicas e administrativas respectivas, nos termos da legislação pertinente.

Este Protocolo de Intenções não constitui, não cria, não dá efeito e não reconhece qualquer tipo de associação ou sociedade entre as partícipes signatárias.

Eventuais obrigações decorrentes das atividades previstas neste Protocolo dependerão da celebração de instrumentos jurídicos próprios, cuja formalização ficará condicionada à disponibilidade de recursos pessoais, materiais e financeiros necessários à sua execução, observadas as regras legais vigentes quando da elaboração dos referidos instrumentos.

Tendo em vista que as ações a serem desencadeadas serão típicas daquelas previstas para atividade de cada partícipe e que suas despesas não estarão caracterizadas como obrigações geradas pelo presente instrumento, cada uma assumirá, isoladamente, os gastos advindos dessas ações, não gerando este instrumento despesas ou obrigações diretas.

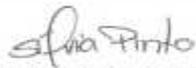
Quaisquer omissões ou dúvidas decorrentes da aplicação do presente instrumento serão resolvidas de comum acordo entre as signatárias.

E por estarem assim acertadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

Piracicaba, 01 de setembro de 2006.



Município de Borba



Município de Arraiolos



Município de Piracicaba

ratificado em reunião
data de 04/10/06

Anexo 15- Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Alegrete, Estado de Rio Grande do Sul (Brasil) e o Município de Borba

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL; E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BORBA, PORTUGAL, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESFORÇOS CONJUNTOS NO SENTIDO DE SEREM DECLARADAS CIDADES IRMÃS.

A prefeitura de ALEGRETE, com sede a Praça Getúlio Vargas, 49, Alegrete, Brasil, inscrita no CNPJ 87896874-0001\57, neste ato representada por seu Prefeito ERASMO GUTIERRES; e a CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA, com sede a Praça da República, Borba, Portugal, inscrita no NIF 503956546, neste ato representada por seu Presidente Ângelo João Guarda Verdades de Sá.

CONSIDERANDO

- 1- O interesse dos governos em promover ações no sentido de aproximar os municípios e declará-los CIDADES IRMÃS;
- 2- Que o programa URBAL foi motor de desenvolvimento e aproximou estas cidades entre si, proporcionando um importante trabalho em nível de cooperação internacional;
- 3- Que essa aproximação somente trará benefícios aos municípios, buscando a interação que propiciará maiores informações nas áreas do desenvolvimento social, cultural e econômico.

Resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções face ao interesse comum na conjugação de esforços para estabelecer ampla cooperação para transformarem-se em agentes estimuladores e indutores de ações e estudos necessários a consecução dos objetivos aqui propostos e traçados, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento e comprometimento intergovernamental de ações conjuntas "signatárias" com vistas a alcançar a declaração de CIDADES IRMÃS, bem como promover o mais amplo intercâmbio de informações no sentido de aprimorarem o desenvolvimento social, cultural e econômico dos municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS

As signatárias, dentro de seus campos de atuação, conjunta ou separadamente, desenvolverão, conjunta ou separadamente, as ações objeto deste instrumento, com vistas a agilizar e melhor realizar sua consecução, envidando esforços para adequação e desenvolvimento de produtos, estratégias e ações para sua consecução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Protocolo de Intenções vigorará pelo prazo de 1(um ano) a contar da data de sua assinatura, renovável automaticamente anualmente, podendo ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das signatárias, através de comunicação por escrito, independente de aviso prévio.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dos trabalhos visando a consecução dos objetivos do presente Protocolo, dentro de seus limites, não acarretarão aos signatários quaisquer ônus financeiros adicionais aos usualmente empregados no desempenho de suas atividades, ficando condicionado, ademais, a devida aprovação em todas as instâncias técnicas e administrativas respectivas, nos termos da legislação pertinente.

Este Protocolo de Intenções não constitui, não cria, não dá efeito e não reconhece qualquer tipo de associação ou sociedade entre as partícipes signatárias.

Eventuais obrigações decorrentes das atividades previstas neste Protocolo dependerão da celebração de instrumentos jurídicos próprios, cuja formalização ficará condicionada a disponibilidade de recursos pessoais, materiais e financeiros, necessários a sua execução, observadas as regras legais vigentes quando da elaboração dos referidos documentos.

Tendo em vista que as ações a serem desencadeadas serão típicas daquelas previstas para a atividade de cada partícipe e que suas despesas não estarão caracterizadas como obrigações geradas pelo presente instrumento, cada um assumirá, isoladamente, os gastos advindos destas ações, não gerando este instrumento despesas ou obrigações diretas.

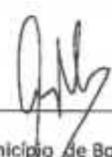
Quaisquer omissões ou dúvidas decorrentes da aplicação do presente instrumento serão resolvidas em comum acordo entre as signatárias.

E por estarem assim acertadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor.

Sant'Ana do Livramento, 13 de Dezembro de 2012.



Município de Alegrete



Município de Borba (Portugal)

Anexo 16-Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Rosário do Sul, Estado Rio Grande do Sul (Brasil) e o Município de Borba

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BORBA, PORTUGAL, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESFORÇOS CONJUNTOS NO SENTIDO DE SEREM DECLARADAS CIDADES IRMÃS.

A prefeitura de ROSÁRIO DO SUL, com sede a rua Amaro Souto, 2203, Rosário do Sul, Brasil, inscrita no CNPJ 88.138.292\0001-74, neste ato representada pelo senhor DILMAR MENEZES NEQUI, Prefeito Municipal em Exercício; e a CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA, com sede a Praça da República, Borba, Portugal, inscrita no NIF 503956546, neste ato representada por seu Presidente Ângelo João Guarda Verdades de Sá.

CONSIDERANDO

- 1- O interesse dos governos em promover ações no sentido de aproximar os municípios e declará-los CIDADES IRMÃS;
- 2- Que o programa URBAL foi motor de desenvolvimento e aproximou estas cidades entre si, proporcionando um importante trabalho em nível de cooperação internacional;
- 3- Que essa aproximação somente trará benefícios aos municípios, buscando a interação que propiciará maiores informações nas áreas do desenvolvimento social, cultural e econômico.

Resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções face ao interesse comum na conjugação de esforços para estabelecer ampla cooperação para transformarem-se em agentes estimuladores e indutores de ações e estudos necessários a consecução dos objetivos aqui propostos e traçados, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento e comprometimento intergovernamental de ações conjuntas "signatárias" com vistas a alcançar a declaração de CIDADES IRMÃS, bem como promover o mais amplo intercâmbio de informações no sentido de aprimorarem o desenvolvimento social, cultural e econômico dos municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS

As signatárias, dentro de seus campos de atuação, conjunta ou separadamente, desenvolverão, conjunta ou separadamente, as ações objeto deste instrumento, com vistas a agilizar e melhor realizar sua consecução, envidando esforços para adequação e desenvolvimento de produtos, estratégias e ações para sua consecução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Protocolo de Intenções vigorará pelo prazo de 1(um ano) a contar da data de sua assinatura, renovável automaticamente anualmente, podendo ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das signatárias, através de comunicação por escrito, independente de aviso prévio.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dos trabalhos visando a consecução dos objetivos do presente Protocolo, dentro de seus limites, não acarretarão aos signatários quaisquer ônus financeiros adicionais aos usualmente empregados no desempenho de suas atividades, ficando condicionado, ademais, a devida aprovação em todas as instâncias técnicas e administrativas respectivas, nos termos da legislação pertinente.

Este Protocolo de Intenções não constitui, não cria, não dá efeito e não reconhece qualquer tipo de associação ou sociedade entre as partícipes signatárias.

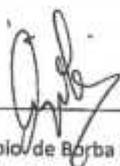
Eventuais obrigações decorrentes das atividades previstas neste Protocolo dependerão da celebração de instrumentos jurídicos próprios, cuja formalização ficará condicionada a disponibilidade de recursos pessoais, materiais e financeiros, necessários a sua execução, observadas as regras legais vigentes quando da elaboração dos referidos documentos.

Tendo em vista que as ações a serem desencadeadas serão típicas daquelas previstas para a atividade de cada partícipe e que suas despesas não estarão caracterizadas como obrigações geradas pelo presente instrumento, cada um assumirá, isoladamente, os gastos advindos destas ações, não gerando este instrumento despesas ou obrigações diretas.

Quaisquer omissões ou dúvidas decorrentes da aplicação do presente instrumento serão resolvidas em comum acordo entre as signatárias.

E por estarem assim acertadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor.

Sant'Ana do Livramento, 13 de Dezembro de 2012.



Município de Borba (Portugal)



Município de Rosário do Sul (Brasil)

Anexo 17-Protocolo de Intenções entre Prefeitura de Santana do Livramento, Estado Rio Grande do Sul (Brasil) e o Município de Borba

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL; E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BORBA, PORTUGAL, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESFORÇOS CONJUNTOS NO SENTIDO DE SEREM DECLARADAS CIDADES IRMÃS.

A prefeitura de SANT'ANA DO LIVRAMENTO, com sede a rua Rivadávia Correa, 858, Sant'Ana do Livramento, Brasil, inscrita no CNPJ 88.124.961\0001-59, neste ato representada por seu Prefeito WAINER VIANA MACHADO; e a CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA, com sede a Praça da República, Borba, Portugal, inscrita no NIF 503956546, neste ato representada por seu Presidente Ângelo João Guarda Verdades de Sá.

CONSIDERANDO

- 1- O interesse dos governos em promover ações no sentido de aproximar os municípios e declará-los CIDADES IRMÃS;
- 2- Que o programa URBAL foi motor de desenvolvimento e aproximou estas cidades entre si, proporcionando um importante trabalho em nível de cooperação internacional;
- 3- Que essa aproximação somente trará benefícios aos municípios, buscando a interação que propiciará maiores informações nas áreas do desenvolvimento social, cultural e econômico.

Resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções face ao interesse comum na conjugação de esforços para estabelecer ampla cooperação para transformarem-se em agentes estimuladores e indutores de ações e estudos necessários a consecução dos objetivos aqui propostos e traçados, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento e comprometimento intergovernamental de ações conjuntas "signatárias" com vistas a alcançar a declaração de CIDADES IRMÃS, bem como promover o mais amplo intercâmbio de informações no sentido de aprimorarem o desenvolvimento social, cultural e econômico dos municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS

As signatárias, dentro de seus campos de atuação, conjunta ou separadamente, desenvolverão, conjunta ou separadamente, as ações objeto deste instrumento, com vistas a agilizar e melhor realizar sua consecução, envidando esforços para adequação e desenvolvimento de produtos, estratégias e ações para sua consecução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Protocolo de Intenções vigorará pelo prazo de 1(um ano) a contar da data de sua assinatura, renovável automaticamente anualmente, podendo ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das signatárias, através de comunicação por escrito, independente de aviso prévio.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dos trabalhos visando a consecução dos objetivos do presente Protocolo, dentro de seus limites, não acarretarão aos signatários quaisquer ônus financeiros adicionais aos usualmente empregados no desempenho de suas atividades, ficando condicionado, ademais, a devida aprovação em todas as instâncias técnicas e administrativas respectivas, nos termos da legislação pertinente.

Este Protocolo de Intenções não constitui, não cria, não dá efeito e não reconhece qualquer tipo de associação ou sociedade entre as partícipes signatárias.

Eventuais obrigações decorrentes das atividades previstas neste Protocolo dependerão da celebração de instrumentos jurídicos próprios, cuja formalização ficará condicionada a disponibilidade de recursos pessoais, materiais e financeiros, necessários a sua execução, observadas as regras legais vigentes quando da elaboração dos referidos documentos.

Tendo em vista que as ações a serem desencadeadas serão típicas daquelas previstas para a atividade de cada partícipe e que suas despesas não estarão caracterizadas como obrigações geradas pelo presente instrumento, cada um assumirá, isoladamente, os gastos advindos destas ações, não gerando este instrumento despesas ou obrigações diretas.

Quaisquer omissões ou dúvidas decorrentes da aplicação do presente instrumento serão resolvidas em comum acordo entre as signatárias.

E por estarem assim acertadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor.

Sant'Ana do Livramento, 13 de Dezembro de 2012.


Município de Barba (Portugal)


Município de Sant'Ana do Livramento (Brasil)

Handwritten notes and symbols in the top right corner, including the number '11/12', a large stylized 'Q', the letters 'ck', and a dollar sign '\$'.

Anexo 18-Protocolo de Intenções entre a Intendência Departamental de Rívera, Uruguay e o Município de Borba

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A INTENDÊNCIA DEPARTAMENTAL DE RIVERA, URUGUAY; E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BORBA, PORTUGAL, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESFORÇOS CONJUNTOS NO SENTIDO DE SEREM DECLARADAS CIDADES IRMÃS.

A INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE RIVERA, com sede a rua Agraciada, 570, Departamento de Rívera , Uruguay, inscrita no RUT 14014029760017, neste ato representada por seu Intendente Marne Osório e pelo Secretário Geral, Abílio Bríz; CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA, com sede a Praça da República, Borba, Portugal, inscrita no NIF 503956546, neste ato representada por seu Presidente Ângelo João Guarda Verdades de Sá.

CONSIDERANDO

- 1- O interesse dos governos em promover ações no sentido de aproximar os municípios e declará-los CIDADES IRMÃS;
- 2- Que o programa URBAL foi motor de desenvolvimento e aproximou estas cidades entre si, proporcionando um importante trabalho em nível de cooperação internacional;
- 3- Que essa aproximação somente trará benefícios aos municípios, buscando a interação que propiciará maiores informações nas áreas do desenvolvimento social, cultural e econômico.

Resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções face ao interesse comum na conjugação de esforços para estabelecer ampla cooperação para transformarem-se em agentes estimuladores e indutores de ações e estudos necessários a consecução dos objetivos aqui propostos e traçados, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento e comprometimento intergovernamental de ações conjuntas "signatárias" com vistas a alcançar a declaração de CIDADES IRMÃS, bem como promover o mais amplo intercâmbio de informações no sentido de aprimorarem o desenvolvimento social, cultural e econômico dos municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS

As signatárias, dentro de seus campos de atuação, conjunta ou separadamente, desenvolverão, conjunta ou separadamente, as ações objeto deste instrumento, com vistas a agilizar e melhor realizar sua consecução, envidando esforços para adequação e desenvolvimento de produtos, estratégias e ações para sua consecução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Protocolo de Intenções vigorará pelo prazo de 1(um ano) a contar da data de sua assinatura, renovável automaticamente anualmente, podendo ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das signatárias, através de comunicação por escrito, independente de aviso prévio.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dos trabalhos visando a consecução dos objetivos do presente Protocolo, dentro de seus limites, não acarretarão aos signatários quaisquer ônus financeiros adicionais aos usualmente empregados no desempenho de suas atividades, ficando condicionado, ademais, a devida aprovação em todas as instâncias técnicas e administrativas respectivas, nos termos da legislação pertinente.

Este Protocolo de Intenções não constitui, não cria, não dá efeito e não reconhece qualquer tipo de associação ou sociedade entre as partícipes signatárias.

Eventuais obrigações decorrentes das atividades previstas neste Protocolo dependerão da celebração de instrumentos jurídicos próprios, cuja formalização ficará condicionada a disponibilidade de recursos pessoais, materiais e financeiros, necessários a sua execução, observadas as regras legais vigentes quando da elaboração dos referidos documentos.

Tendo em vista que as ações a serem desencadeadas serão típicas daquelas previstas para a atividade de cada partícipe e que suas despesas não estarão caracterizadas como obrigações geradas pelo presente instrumento, cada um assumirá, isoladamente, os gastos advindos destas ações, não gerando este instrumento despesas ou obrigações diretas.

Quaisquer omissões ou dúvidas decorrentes da aplicação do presente instrumento serão resolvidas em comum acordo entre as signatárias.

E por estarem assim acertadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor.

Sant'Ana do Livramento, 13 de Dezembro de 2012.



Município de Borba (Portugal)



DR. NARNE OSORIO LIMA
INTENDENTE
Departamento de Rivera (Uruguay)



Anexo 19--Declaração de intenção de geminação para o desenvolvimento entre o Município de Mé-Chochi (República de São Tomé e Príncipe) e o Município de Borba

Declaração de intenções Geminação para o desenvolvimento

Nós, Município de Borba (Portugal) e Município de Mé-Chochi (República de São Tomé e Príncipe) parceiros de geminação do Norte e do Sul, mutuamente empenhados no desenvolvimento local e na geminação e na parceria para o desenvolvimento, enquanto instrumento privilegiado neste contexto e expressão da nossa confiança nos valores comuns da solidariedade e da humanidade partilhada neste mundo,

Considerando:

- que as autoridades locais, tanto da UE como dos países em desenvolvimento, ocupam actualmente um lugar importante entre os diversos intervenientes na política de desenvolvimento, tendo em conta o papel que desempenham na definição e execução das estratégias e políticas de desenvolvimento,
- que, através de parcerias para o desenvolvimento e de projectos de geminação, as autoridades locais tanto da UE como dos países em desenvolvimento assumem um papel essencial na promoção da democracia e do desenvolvimento inclusivo e equitativo a nível local,
- que as parcerias para o desenvolvimento e os projectos de geminação, enquanto instrumentos de desenvolvimento e dada a sua flexibilidade e eficiência, são especialmente apropriados para dar resposta a necessidades locais, nomeadamente no que se refere à prestação de serviços básicos à população, em especial às camadas mais pobres,
- que as parcerias para o desenvolvimento e os projectos de geminação possuem um enorme potencial em matéria de sensibilização dos nossos cidadãos para os valores da humanidade partilhada e da solidariedade, muito especialmente com todos aqueles que vivem numa situação de pobreza e miséria,

- que as parcerias para o desenvolvimento e a gemação podem também contribuir significativamente para facilitar o processo de descentralização já em curso em diversos países, tanto no Norte como no Sul,
- que, por todos estes motivos, ao concluírem parcerias para o desenvolvimento e acordos de gemação, as autoridades locais dão um contributo fundamental para a luta contra a pobreza e para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a nível local,

Confirmamos:

- o nosso empenhamento no desenvolvimento local, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento Norte-Sul, claramente demonstrado na parceria - e/ou acordo de gemação que concluímos e que constitui a expressão:
- do nosso desejo de aprofundar a compreensão mútua e a amizade e de conhecer melhor a história e a cultura recíprocas, contribuindo assim para a compreensão, a amizade, a paz e o desenvolvimento a nível internacional,
- da nossa determinação em participar em intercâmbios económicos, culturais e sociais que possam aproximar os nossos cidadãos,
- do nosso apoio a uma exploração mais extensiva das parcerias para o desenvolvimento e da gemação para o desenvolvimento, a fim de reforçar a troca de experiências e construir parcerias para o desenvolvimento mais estreitas e a mais longo prazo, no espírito da Carta da UE para as autoridades locais.

Estrasburgo, 17 de Novembro de 2008

*Município de Borba
(Portugal)*

*Município de Mé-Zochi (República de São
Tomé e Príncipe)*

Anexo 20-Protocolo de Intenções entre Kalininets do distrito Municipal de Naro-Fominsk da Província de Moscovo da Federação da Rússia e o Município de Borba



PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Presente Protocolo celebrado entre a cidade de Kalininets do distrito municipal de Naro-Fominsk da província de Moscovo da Federação da Rússia, e a cidade de Borba do distrito de Evora da República Portuguesa, doravante designadas por "Partes", tem como objectivo consolidar a amizade russo-portuguesa e compreensão mútua, garantir através da realização dos projectos conjuntos a cooperação efectiva, duradoura e mutuamente vantajosa.

Ambas as Partes decidiram desenvolver cooperação em seguintes áreas:

- economia e comércio;
- cultura e desporto;
- e em outras esferas de interesse mútuo.

Tendo como resultado os laços instalados, por vontade das Partes nas áreas acima mencionadas poderiam ser celebrados os acordos da cooperação posterior.

As Partes concordaram realizar regularmente os encontros a fim de debater, promover e adoptar os programas de acordo com presente Protocolo.

Os representantes responsáveis pela cooperação entre as Partes no quadro de presente Protocolo são:

- da Parte Russa - Administração da cidade Kalininets do distrito municipal de Naro-Fominsk da província de Moscovo da Federação da Rússia;
- da Parte Portuguesa - Municipalidade da cidade de Borba do distrito de Evora.

O presente Protocolo não tem como objectivo a criação das obrigações entre as Partes.

Feito na cidade de Borba dia 23 de Maio de 2012 em duas exemplares, cada nas línguas russa e portuguesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.

**Cidade de Kalininets
do distrito municipal
de Naro-Fominsk
da província de Moscovo**

Cidade de Borba

**M.V. Trubkin
Governador da cidade
de Kalininets**

**Sr. Ângelo Guarda Vardades de Sá
Presidente da Câmara Municipal da
cidade de Borba**



ACORDO
SOBRE ESTABELECIMENTO DOS LAÇOS DE GEMINAÇÃO
ENTRE A CIDADE DE KALININETS, DISTRITO MUNICIPAL DE NARO-
FOMINSK, PROVÍNCIA DE MOSCOVO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA E A
CIDADE DE BORBA, DISTRITO DE ÉVORA
DA REPÚBLICA PORTUGUESA

A cidade de Kalininets, distrito municipal de Naro-Fominsk, província de Moscovo da Federação da Rússia e a cidade de Borba, distrito de Évora da República Portuguesa, doravante designadas por "Partes",

- guiados pelos princípios de boa vizinhança, amizade e cooperação entre a Federação da Rússia e a República Portuguesa,

- tendo como objectivo continuar desenvolver o entendimento mútuo e amizade entre os povos dos dois países, fortalecer e desenvolver a cooperação de amizade entre as duas regiões,

concluíram o presente Acordo sobre o seguinte:

1. A cooperação entre as Partes, no âmbito do presente Acordo, realiza-se em conformidade com a legislação interna das Partes e instrumentos internacionais, sendo a Federação da Rússia e a República Portuguesa as partes neles.

2. As Partes comprometam-se a manter os contactos regulares a fim de concordar as questões ligadas aos intercâmbios, cooperação e outros assuntos de interesse mútuo.

3. As partes efectuarão troca de experiências em todas as esferas da sua actividade económica-social, inclusive por via de troca de materiais de informação (jornais, materiais de vídeo etc.);

4. Cada Parte compromete-se a organizar uma exposição sobre a cidade gémea no seu território;

5. As Partes garantirão a participação dos seus representantes de desporto, cultura e arte nas cerimónias de celebração de marcantes datas históricas e eventos da vida económica-social das cidades gémeas;

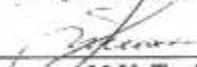
6. O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura.


2014,EXPG,S,DG,842



Celebrado na cidade de Borba dia 23 de Maio de 2012 em dois originais nas línguas russa e portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

**Cidade de Kalininets
do distrito municipal
de Naro-Fominsk
da província de Moscovo**



**M.V. Trubkin
Governador da cidade
de Kalininets**

Cidade de Borba



**Sr. Ângelo Guarda Vardades de Sá
Presidente da Câmara Municipal da
cidade de Borba**

Anexo 21-Acordo entre a cidade de Borba de Portugal e Taizou cidade da República Popular da China no estabelecimento da relação de cidades irmãs

Borba | Taizhou

24 | 6 | 2009

THE AGREEMENT
BETWEEN BORBA CITY OF PORTUGAL
AND TAIZHOU CITY OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA
ON THE ESTABLISHMENT
OF SISTER-CITY RELATIONSHIP

Borba City of the Republic of Portugal and Taizhou City of People's Republic of China, for the purpose of enhancing mutual understanding and promoting the common development between both sides, and through friendly consultations, according to the joint communique on the establishment of diplomatic relations have reached the letter of intent on the establishment of sister-city relationship including:

- I. Both sides agree to make efforts, on the basis of equality and mutual benefit, to promote the exchanges and co-operation in the fields of economy, trade, science & technology, culture, education and personnel, etc.
- II. Both sides should keep frequent contact and consult with each other on the issues of exchanges and co-operation as well as some matters both concerned.
- III. The letter is done in two copies in Chinese and English, each one being equally authentic.
- IV. The letter is signed on the date of 24th June, 2009, in Borba City.

Mayor of Borba City



Representative of Taizhou City



中华人民共和国台州市和葡萄牙波尔巴市 建立友好交流城市关系协议书

中华人民共和国台州市和葡萄牙波尔巴市，为增进中葡人民的了解和友谊，促进双方的共同发展，根据两国建交联合公报，经过友好协商，现决定签订建立友好交流城市关系协议书，就双方的友好合作与交流达成如下协议：

一、双方根据平等互利的原则，在经济、贸易、科技、文化、教育、人员等方面开展多种形式的交流与合作，促进共同繁荣发展。

二、双方保持定期接触，以便就双方交流与合作事宜及共同关心的问题协商。

三、本意向书用文、英两种文字写成，两种文本具有同等效力。

五、本意向书于 年 月 日在葡萄牙波尔巴市签署。

中华人民共和国
台州市代表

国
市市长





THE AGREEMENT
BETWEEN BORBA CITY OF PORTUGAL
AND TAIZHOU CITY OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA
ON THE ESTABLISHMENT
OF SISTER-CITY RELATIONSHIP

Borba City of the Republic of Portugal and Taizhou City of People's Republic of China, for the purpose of enhancing mutual understanding and promoting the common development between both sides, and through friendly consultations, according to the joint communique on the establishment of diplomatic relations have reached the letter of intent on the establishment of sister-city relationship including:

- I. Both sides agree to make efforts, on the basis of equality and mutual benefit, to promote the exchanges and co-operation in the fields of economy, trade, science & technology, culture, education and personnel, etc.
- II. Both sides should keep frequent contact and consult with each other on the issues of exchanges and co-operation as well as some matters both concerned.
- III. The agreement is done in two copies in Chinese and English, each one being equally authentic.
- IV. The agreement is signed on the date of June 25th 2009 in Borba City.

Representative
of Borba City

Representative
of Taizhou City



中华人民共和国台州市和葡萄牙波尔巴市 建立友好交流城市关系协议书

中华人民共和国台州市和葡萄牙波尔巴市，为增进中葡人民的了解和友谊，促进双方的共同发展，根据两国建交联合公报，经过友好协商，现决定签订建立友好交流城市关系协议书，就双方的友好合作与交流达成如下协议：

一、双方根据平等互利的原则，在经济、贸易、科技、文化、教育、人员等方面开展多种形式的交流与合作，促进共同繁荣发展。

二、双方保持定期接触，以便就双方交流与合作事宜及共同关心的问题协商。

三、本协议书用中、英两种文字写成，两种文本具有同等效力。

四、本协议书于2009年6月24日在葡萄牙波尔巴市签署。

葡萄牙
波尔巴市代表

中 国
台州市代表